



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Maria Alexandra de Sá Silva Coelho Silvestre

**NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA ENTRE PARES
DE (PRÉ)ADOLESCENTES EM CONTEXTO
DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica Forense orientada
pela Professora Doutora Luiza Nobre Lima e apresentada à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra

Narrativas de violência entre pares de (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial

Maria Alexandra de Sá Silva Coelho Silvestre

Dissertação de Mestrado na área de especialização em Psicologia Clínica Forense orientada pela Professora Doutora Luiza Nobre Lima e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

À Professora Doutora Luiza Nobre Lima, pelo apoio, disponibilidade, compreensão e motivação permanentes. As aprendizagens foram inúmeras, todas as conversas foram proíficas e o desafio de fazer sempre melhor foi constante.

A todas as Casas de Acolhimento Residencial que aceitaram colaborar neste estudo. Sobretudo, a todos os adolescentes que participaram nas entrevistas e que tornaram possível esta investigação. A eles, o meu maior obrigada! Esta Dissertação tem um pouco de cada um de vós.

À minha família, pelo apoio incondicional e preocupação constante, por estarem sempre disponíveis a ajudar e por acompanharem cada etapa da minha vida. À avó Teté, por ter sido a primeira pessoa que me mostrou o que é amar incondicionalmente alguém e por, mesmo longe, me tornar melhor pessoa a cada momento que passa. Sei que estás orgulhosa.

Às minhas amigas da vida, obrigada por serem a calma no meio de tanta agitação e por serem verdadeira amizade, seja em que momento e lugar for. Obrigada por toda a força ao longo desta etapa e pela compreensão e carinho num olhar.

Aos meus amigos de Coimbra, aqueles que tornaram esta cidade num lugar especial e numa verdadeira aprendizagem. Obrigada por serem a companhia de todas as horas, de todos os jantares e fins de tarde, de toda a loucura e de todas as sessões de estudo. Obrigada pela vossa sinceridade, carinho, apoio e disponibilidade em ajudar. Sobretudo ao André, que me mostrou como o amor está nos pequenos gestos e que foi e é apoio incondicional, obrigada por seres tu. “Coimbra dos amores, Coimbra dos doutores” e não podia estar mais certo!

Ao NEPCESS e à JuniRHumo, por me ensinarem que o associativismo traz, além de inúmeras competências, amigos muito especiais com quem partilhamos os melhores momentos. Guardo com muito carinho as reuniões intermináveis, as gargalhadas constantes, as grandes conquistas e as maiores aprendizagens.

Por último, à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, pela exigência e rigor universais a qualquer área e pela transmissão exímia e permanente de conhecimento.

Resumo

A realidade da violência entre pares de (pré)adolescentes em acolhimento residencial não é, de forma geral, uma problemática recente. Este contexto proporciona uma maior margem para que a violência ocorra de forma persistente e contínua, com significativas consequências para os seus intervenientes. Tal leva a que este fenómeno deva ser, cada vez mais, objeto de pesquisa e de reflexão. Com este estudo, pretende-se explorar se existem e como se manifestam narrativas de violência entre pares em contexto de acolhimento residencial, na perspetiva dos próprios, com vista à ampliação do conhecimento acerca deste fenómeno.

Neste estudo participaram 12 (pré)adolescentes, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos (M=14 anos; DP=1.53) que se encontram a residir em casas de acolhimento residencial em Portugal. Dada a natureza qualitativa da presente dissertação, o instrumento de recolha de dados consistiu na entrevista semiestruturada aos (pré)adolescentes. Para a análise dos dados, recorreu-se à metodologia da *Grounded Theory*.

Os resultados evidenciaram que os episódios de violência entre pares constituem uma realidade do acolhimento residencial, com um impacto significativamente negativo para os (pré)adolescentes. Estes episódios caracterizam-se, sobretudo, por ocorrerem de forma aleatória. A ausência de um padrão em termos da faixa etária e do género dos intervenientes na violência, bem como dos motivos subjacentes a esses episódios e à sua frequência, reflete o seu carácter de aleatoriedade. Os jovens referem que os episódios de violência entre pares podem manifestar-se de diversas formas, com destaque para a violência verbal e a violência física contra os pares. Salienta-se o escalar da violência como uma das principais características destes episódios. Os (pré)adolescentes afirmam que esta vai escalando por diversos patamares à medida que fica mais grave, iniciando na violência verbal e culminando na violência física contra os pares. Além disso, os jovens reportam a importância da equipa técnica/educativa na interrupção destes episódios e as principais consequências que daí podem decorrer, destacando os castigos na Casa de Acolhimento Residencial.

Os resultados do presente estudo contribuem para uma melhor perceção das dinâmicas de violência entre pares em contexto de acolhimento residencial. Remetem-nos, de imediato, para a emergência de se repensar alguns aspetos do acolhimento residencial, para que este possa ser, efetivamente, um ambiente protetor para os jovens. Aumentar e difundir o conhecimento acerca desta realidade, compreendendo aquilo que caracteriza a violência entre pares neste contexto é fundamental para que se possam encontrar estratégias que permitam reduzir e eliminar este fenómeno.

Palavras-chave: Violência entre pares; Pré(adolescentes); Acolhimento Residencial

Abstract

The reality of peer violence among (pre)adolescents in residential care is not, in general, a recent issue. This context provides greater scope for violence to occur persistently and continuously, with significant consequences for those involved. This means that this phenomenon should increasingly be the subject of research and reflection. The aim of this study is to explore whether and how narratives of peer violence in the context of residential care manifest themselves, from the perspective of the children themselves, with a view to expanding knowledge about this phenomenon.

A total of 12 (pre)adolescents of both sexes, aged from 11 to 16 years ($M=14$ years; $SD=1.53$), living in residential care in Portugal participated in this study. Following the qualitative nature of this research, the data collection instrument was semi-structured interviews with the (pre)adolescents. Grounded Theory methodology was used for data analysis.

The results revealed that episodes of peer violence are a reality in residential care, with a significantly negative impact on (pre)adolescents. These episodes are characterized above all by occurring randomly. The lack of a pattern in terms of the age and gender of those involved in the violence, as well as the motives behind these episodes and their frequency, reflects their randomness. Young people say that episodes of violence between peers can manifest themselves in different ways, especially verbal violence and physical violence against peers. The escalation of violence is one of the main characteristics of these episodes. (Pre)adolescents say that it escalates through several levels as it gets more serious, starting with verbal violence and culminating in physical violence against peers. In addition, the young people report the importance of the staff in interrupting these episodes and the main consequences that can result, highlighting the punishments at the Residential Home.

The results of this study contribute to a better understanding of the dynamics of peer violence in residential care. They immediately point to the need to rethink some aspects of residential care, so that it can effectively be a protective environment for young people. Increasing and disseminating knowledge about this reality, understanding what characterizes peer violence in this context, is essential if strategies are to be found to reduce and eliminate this phenomenon.

Keywords: Peer Violence; Pre(adolescents); Residential Care

Índice

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract	4
Índice	5
I – Introdução	6
II – Enquadramento Teórico.....	7
III – Objetivos	14
IV– Metodologia.....	15
V– Resultados.....	22
VI – Discussão.....	41
VII – Conclusão.....	47
Referências	49
Anexos	54

I – Introdução

A violência consiste num fenómeno com fronteiras maleáveis, frágeis e difíceis de definir, uma vez que a sua compreensão acompanha a mudança ao longo do tempo e dos diferentes contextos (Nogueira, 2005). Barter (2011) define a violência entre pares como um fenómeno que envolve todas as formas de intimidação, seja a nível emocional, físico ou sexual. De acordo com Carmo (2013) a violência entre pares tem vindo a aumentar consideravelmente, tanto no que diz respeito à sua frequência, como à gravidade das suas manifestações.

A maioria das investigações, sobretudo em Portugal, acerca da violência entre pares, tem como foco o contexto escolar (e.g. Nogueira, 2005; Lisboa et al., 2009; Matos et al., 2009), sendo ainda escassas aquelas que se concentram nesta problemática em contexto de acolhimento residencial (e.g. Carmo, 2013; Almeida, 2019). As dificuldades inerentes à adaptação a novos contextos e papéis de vida podem constituir um desafio para os (pré)adolescentes que vivem em acolhimento residencial (Lopes, 2017). Martins (2005) menciona a importância que o grupo de pares desempenha na integração institucional das crianças e a influência que tem no seu desenvolvimento. Aponta também que as relações entre pares, no contexto de acolhimento residencial, constituem ainda um aspeto problemático. Investigações como as de Barter et al. (2004), Khoury-Kassabri e Attar-Schwartz (2014), Almeida (2019) e Sekol e Farrington (2016a, 2016b) reportam experiências de vitimação e/ou de agressão na interação entre pares em acolhimento residencial. No entanto, sobretudo em Portugal, são ainda poucos os estudos acerca da violência entre pares neste contexto (Almeida, 2019) e raros são aqueles que dão voz aos protagonistas destas experiências.

É no contexto da emergência de investigações que explorem a violência entre pares em acolhimento residencial que surge o interesse em compreender, na perspetiva dos próprios (pré)adolescentes, as dinâmicas relacionais entre si, pretendendo-se aceder e explorar de forma mais direta a eventuais experiências de violência ocorridas entre os jovens num contexto que deve ser, sobretudo, protetor.

A presente dissertação encontra-se organizada em sete capítulos, iniciando-se por uma breve Introdução, seguida pelo Enquadramento Teórico que apresenta uma revisão de literatura acerca da violência entre pares em contexto de acolhimento residencial e dos fatores que a influenciam. O terceiro capítulo consiste na apresentação dos objetivos desta investigação. Na Metodologia caracteriza-se a amostra e descrevem-se os instrumentos e os procedimentos de recolha e de análise de dados utilizados, bem como se apresentam os pressupostos fundamentais da *Grounded Theory*. De seguida, no quinto e sexto capítulos descrevem-se e discutem-se, respetivamente, os resultados encontrados. O sétimo e último capítulo corresponde à conclusão de toda a investigação elaborada.

II – Enquadramento Teórico

A Violência entre pares no contexto do Acolhimento Residencial

Um número considerável de investigações realizadas na área da violência entre crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial utiliza os conceitos de violência entre pares e de *bullying* para designar fenómenos aparentemente semelhantes (Barter, 2003; Barter et al., 2004; Sekol, 2013, 2016; Sekol & Farrington, 2009, 2016a, 2020; Almeida, 2019). Segundo Barter (2011), a violência entre pares constitui-se como uma categoria ampla, incluindo todas as formas de intimidação e de violência, seja física, emocional ou sexual. Refere-se a episódios esporádicos de agressão direta ou indireta e cuja principal diferença em relação ao *bullying* assenta na frequência da ocorrência de cada um destes fenómenos (Sekol et al., 2022). O termo *bullying*, utilizado ainda sem tradução para português, consiste num fenómeno de interação grupal (Lisboa, 2005) em que uma criança ou um adolescente é exposto, direta ou indiretamente, a um conjunto de atos agressivos que ocorrem de forma intencional e sistemática, sem motivação aparente, identificando-se claramente um ou mais agressores e uma ou mais vítimas (Lisboa et al., 2009; Santos, 2012). Embora a intenção de um comportamento prejudicial e o desequilíbrio de poder façam parte da definição de *bullying*, o objetivo per si pode não ser causar dano, mas sim ser orientado para a obtenção de bens materiais e/ou de reconhecimento por parte do grupo de pares (Sekol & Farrington, 2009, 2016a).

A fluidez dos conceitos de violência entre pares e de *bullying* tem constituído um desafio para estudos acerca destes fenómenos em contexto de acolhimento residencial. Investigações como as de Barter (2003), Barter et al. (2004) e Sekol (2013) utilizam o termo mais amplo de “violência entre pares” para descrever esta problemática neste contexto. Já estudos como os de Sekol (2016), Sekol e Farrington (2009, 2016a, 2020) e Almeida (2019) referem-se ao termo “*bullying*” para o mesmo efeito. Tendo em consideração Barter (2011) e a sua definição de violência entre pares como uma categoria mais ampla, na presente dissertação, utilizar-se-á o termo “violência entre pares” para caracterizar eventuais comportamentos de violência que existam entre os (pré)adolescentes em Casas de Acolhimento Residencial (CAR).

A investigação científica evidencia o facto de os (pré)adolescentes poderem ser vulneráveis a ameaças físicas, sexuais e/ou psicológicas, bem como a agressões de outros (pré)adolescentes, ou constituírem-se como os perpetradores de tais agressões contra os seus pares. Estas agressões podem ocorrer em qualquer contexto em que as crianças se encontrem: casa, escola, comunidade em geral ou em casas de acolhimento residencial (Barter et al., 2004). Crianças e adolescentes a viver em acolhimento residencial relatam ser vítimas de violência por parte dos seus pares, que com eles coabitam (Barter et al., 2004; Sekol, 2016; Mazzone et al., 2017), o que constitui um dos principais fatores que leva a que estes descrevam como negativa a experiência do acolhimento (Kendrick, 2010).

De acordo com Paiva (2012), o acolhimento residencial surge como uma medida de promoção e proteção cujo objetivo consiste em salvaguardar os interesses das crianças, quando as suas circunstâncias familiares se mostram inadequadas ou inexistentes. Smith e Sharp (2003) apontam a fraca supervisão parental, a agressão familiar e o conflito parental como fatores associados à violência. A agressividade, segundo Winnicott (2002) é utilizada para a criatividade e para a construção, no caso de o ambiente da criança ser seguro. Porém, se o ambiente falhar na proteção da criança, a agressividade é canalizada para a violência. Neste sentido, Sani (2002) citado por Carmo (2013), afirma que, por vezes, a criança pode encarar o poder físico como necessário para satisfazer as suas necessidades. À semelhança do referido, Price e Brew (1998) afirmam que crianças que experienciaram situações de abuso e negligência podem apresentar dificuldades no desenvolvimento de relações positivas com os seus pares. Convergentemente, Gibbs e Sinclair (2000) afirmam que muitos dos jovens em acolhimento residencial, pelo seu histórico problemático, têm maior probabilidade de se envolverem em situações de *bullying*, seja como vítimas ou agressores. A violência e o *bullying* que ocorrem neste contexto chegam a ser percecionados pelos jovens que se posicionam como agressores como um fenómeno que naturalmente faz parte do funcionamento das Casas de Acolhimento Residencial (Sekol & Farrington, 2016a).

Análise dos diferentes tipos de violência entre pares

Na sua investigação de natureza qualitativa com crianças e adolescentes em acolhimento residencial, cujo objetivo consistia em explorar o significado e o contexto em que estes experienciavam a violência entre pares, Barter (2003) identificou quatro formas diferentes desta violência: ataques físicos diretos, como “lutar” e “empurrar”; ataques de natureza emocional, com consequências nocivas a nível emocional e não físico, que assumiam a forma de ameaças, intimidações através de olhares e/ou gestos e invasão do espaço pessoal; ataques verbais, como insultos relacionados com género, sexualidade, etnia, família e aparência; e comportamentos sexuais indesejados, percecionados pelos jovens como abusivos, tais como tocar em partes sexuais do corpo, contacto sexual forçado e mesmo violação. O mesmo autor descobriu, ainda, que os ataques de violência mais graves ocorriam nos quartos e estavam inseridos em dinâmicas de poder mais amplas, sendo, segundo os perpetradores dessa violência, ataques planeados. O recurso à violência era, segundo os agressores, justificado pela provocação que lhes era dirigida. No contexto de acolhimento residencial, parece verificar-se uma maior frequência de *bullying* psicológico, seguindo-se o *bullying* verbal, físico e depois o indireto (Almeida, 2019).

Attar-Schwartz e Khoury-Kassabri (2015) analisaram os relatos de vitimação indireta e verbal através de questionários a (pré)adolescentes em acolhimento residencial. A escala de vitimação verbal incluía o facto de os jovens já terem experienciado insultos e humilhações por parte dos seus pares. A escala de vitimação indireta incluía itens como terem sido alvo de disseminação de falsos boatos ou terem ficado deliberadamente excluídos de um grupo de outros residentes. Estes autores afirmam que os (pré)adolescentes masculinos relatam menos experiências de vitimação indireta em relação às

(pré)adolescentes. A nível da vitimação verbal, referem que o género não constitui um fator que a influencie. Relativamente à vitimação física, Khoury-Kassabri e Attar-Schwartz (2014) definiram-na, no seu estudo, como o ato de agarrar, empurrar, pontapear, bofetear, dar socos, ou agredir com algum objeto. Os autores concluíram que rapazes relatam serem mais frequentemente expostos a este tipo de vitimação por parte dos seus pares, em relação às raparigas.

Algumas investigações acerca da violência entre pares sugerem que o fenómeno parece ter um carácter grupal, em que é possível identificar vítimas, agressores, vítimas/agressores (Mazzone et al., 2017) e observadores (Craig & Pepler, 1998). Sekol (2016) e Sekol e Farrington (2020), nas suas investigações acerca da influência do ambiente nas experiências de vitimação e de agressão em acolhimento residencial, identificaram as quatro categorias a que os jovens podem pertencer: não estarem envolvidos em qualquer situação de violência de pares, agressores, vítimas ou a dupla experiência de agressor/vítima, sendo esta última a mais frequente.

Numa análise comparativa entre narrativas de jovens de ambos os sexos, Sekol e Farrington (2009) chegaram à conclusão de que são mais as jovens a relatar tanto experiências de vitimação, como de agressão. Sekol (2016) percebeu que, relativamente às experiências de agressão, a prevalência de jovens do género masculino era superior. Relativamente às experiências de vitimação, não se verificaram diferenças de género. Em oposição, a investigação de Sekol e Farrington (2016a) revela que a classificação como “agressor” ocorreu em igual medida independentemente do género dos residentes.

Fatores que influenciam a violência entre pares

À luz do Modelo Multifatorial de *Bullying* em Contextos Residenciais proposto por Sekol et al. (2022), a violência em acolhimento residencial é influenciada por uma interação dinâmica entre um conjunto complexo de fatores contextuais e individuais. Instalações grandes com um número elevado de jovens, escassez de pessoal e de bens materiais, limitação de serviços e grupos heterogéneos em que existe uma mistura inadequada de jovens com diferentes idades a residirem no mesmo espaço, constituem fatores que contribuem para a existência da violência no contexto do acolhimento residencial. Estas instalações podem fazer com que estes jovens sintam que precisam de cuidar de si mesmos e procurem formas alternativas de assegurarem as suas necessidades, incluindo através da violência (Sekol et al., 2022).

Além das condições da CAR, Mazzone et al. (2017) sugerem que a relação que existe entre o *staff* e os jovens parece também influenciar este fenómeno. Referem que um relacionamento adverso com os funcionários pode desencorajar os (pré)adolescentes a reportarem situações de *bullying*. Sekol e Farrington (2009, 2020) realizaram uma investigação acerca da compreensão do fenómeno do *bullying* em jovens que se encontram em instituições de acolhimento residencial (Casas de Acolhimento e em Centros Educativos) croatas, bem como da perceção e das estratégias do *staff* relativamente a tal problemática. Metade dos jovens que assinalaram terem sido vítimas nunca o relataram aos funcionários. 50% dos residentes acreditavam que os funcionários não tinham conhecimento do *bullying* e 25% destes Narrativas de violência entre pares de (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial

acreditavam que, mesmo tendo, raramente tentavam impedir este fenómeno. Corroborando a narrativa dos jovens, os dados recolhidos junto dos funcionários demonstraram que estes subnotificaram, relativamente à informação fornecida pelos residentes, a prevalência de *bullying* nas instalações em que se encontravam.

De acordo com Sekol (2013) existem cinco principais causas de um relacionamento conflituoso entre os jovens e o *staff*. Em primeiro lugar, o facto de os funcionários ignorarem, frequentemente, a violência entre os jovens. Em segundo lugar, a perceção, por parte dos (pré)adolescentes, de que as decisões tomadas pela equipa e que a eles se referem são, muitas vezes, injustas, sentindo que estão subordinados aos funcionários. Em terceiro lugar, apontam o cansaço do *staff* por realizarem as mesmas funções há largos anos, o que leva a que acabem por “desistir”. Os jovens afirmam que apenas conseguem ter conversas em que sentem que são tratados como esperam com os membros mais recentes do *staff*. Em quarto lugar, referem que são, frequentemente, insultados e desvalorizados pelos funcionários. Por último, apontam o facto de a violência entre pares ser utilizada pelo *staff* como forma de castigar os (pré)adolescentes. Esclarecem que, aquando de um episódio de violência contra algum jovem com quem não simpatizam, os funcionários não tentam impedi-la, justificando que “está a ter o que merece”.

Segundo Attar-Schwartz e Khoury-Kassabri (2015), quando os residentes sofrem mau trato por parte do *staff* da CAR, os seus pares podem interpretar esse comportamento abusivo como uma forma legítima de resolver conflitos, associando-se a isso uma maior probabilidade de violência entre pares. Pelo contrário, um bom relacionamento com os funcionários da CAR pode diminuir as experiências de vitimação dos jovens. Uma utilização inadequada, ou mesmo a falta de políticas e de procedimentos “contra a violência” e a falta de oportunidade para que jovens possam partilhar as suas experiências e perceções sobre a violência entre eles, dificilmente retratam um ambiente familiar seguro e atendem às diversas necessidades dos jovens (Barter et al., 2004; Sekol et al., 2022).

Sekol (2013) identificou quatro fatores que contribuem para a violência entre pares em acolhimento residencial: vulnerabilidade nos momentos iniciais da institucionalização; estigma, frustração e privações; um relacionamento conflituoso entre jovens e funcionários e as culturas de pares residenciais. Essas mesmas culturas de pares residenciais contribuem para uma vitimação dos jovens que se encontram nos momentos iniciais do acolhimento. Um relacionamento conflituoso com os funcionários pode criar ou aprofundar, nos jovens, sentimentos de abandono e de desilusão com adultos significativos. Isso pode fazer com que estes sintam que não podem confiar em ninguém e que precisam de tomar conta de si mesmos, resolvendo sozinhos os seus problemas.

Segundo Sekol (2016), possuir níveis mais baixos de apoio por parte dos pares constitui o preditor independente mais forte das experiências de *bullying* e de vitimação em contexto de acolhimento residencial. A investigação de Hodges et al. (1997) acerca do risco social e individual como determinantes da experiência de vitimação no grupo de pares revela três formas distintas que o apoio dos pares pode assumir para proteger os (pré)adolescentes. Em primeiro lugar, é raro quem tem mais amigos ficar sozinho, pelo que não constituirá tão facilmente um alvo. Em segundo lugar, um sujeito

que possua mais amigos pode fazer com que o agressor tema que os amigos o defendam. E como terceiro fator, o facto de os amigos poderem aconselhar o (pré)adolescente sobre como lidar com a situação, evitando assim a sua vitimação.

Johnson et al. (2006) afirmam que a falta de recursos, juntamente com o grande número de crianças em acolhimento residencial, se reflete no aumento de psicopatologias e de atrasos desenvolvimentais. Sainero et al. (2014) defendem que crianças e jovens em acolhimento residencial apresentam, com frequência, problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, desrespeito pelas regras, comportamento e conduta agressiva, problemas sociais (Gearing et al., 2013) e delinquência (Ryan et al., 2008). Segundo Barter et al. (2004), a violência entre pares pode constituir o resultado de uma patologia individual, na medida em que estas crianças e jovens não desenvolveram um contacto adaptativo com os seus pares, nem encontraram soluções que não fossem violentas para resolver qualquer conflito.

O Modelo Multifatorial de *Bullying* em Contextos Residenciais de Sekol et al. (2022) defende que existem algumas características psicológicas dos jovens que levam a que cada um deles, à entrada para acolhimento residencial, possua uma certa predisposição a pertencer ao grupo dos agressores ou das vítimas. Não obstante, este modelo salienta que o mais frequente é os jovens serem simultaneamente agressores e vítimas, devendo-se esta sobreposição a uma interação dinâmica entre os agressores e as vítimas no contexto de acolhimento residencial e ao ambiente físico e social da CAR, em que ocasionalmente, agressores podem assumir papel de vítima e vice-versa.

O mesmo modelo aponta o elevado neuroticismo, a hiperatividade e níveis elevados de impulsividade como fatores que levam a que jovens tendam a interpretar pequenas provocações como ameaças e, conseqüentemente, tenham atitudes hostis e agressivas com os seus pares. No mesmo sentido, indicam que jovens com comportamentos antissociais tendem a envolver-se mais frequentemente em situações de *bullying* do que jovens com comportamentos pró-sociais. Por outro lado, a baixa-autoestima, a depressão, a ansiedade e uma atitude de submissão perante desavenças entre pares são fatores que podem tornar estes jovens alvos mais fáceis em situações de *bullying*. Contudo, ressaltam que a assunção e manutenção desse comportamento por parte de cada indivíduo, embora apresente essas características à partida, depende também do contexto físico e social da CAR. No entanto, isso não implica que o ambiente exerça influência sobre todos os fatores individuais. A título de exemplo referem a impulsividade, geneticamente determinada, defendendo que, apesar de o ambiente em acolhimento residencial poder contribuir para aumentar a tendência impulsiva já existente, é improvável que seja a causa da mesma.

Sekol e Farrington (2016b) verificaram que para os rapazes, nem a idade nem o tempo de permanência na CAR influenciavam o *bullying* entre pares. Pelo contrário, no caso das raparigas, o tempo passado na CAR aumentava a probabilidade de estas se tornarem agressoras. Nobre Lima (2009) indica, no seu estudo acerca das estórias e projetos para o futuro de adolescentes colocados em Lares de Infância e Juventude, que a violência entre pares parece ocorrer, grande parte das vezes, quando as crianças ficam ao cuidado dos jovens, que acabam por exercer o poder que lhes é delegado, abusando

delas. Da mesma forma, Barter et al. (2004) afirmam que a violência é exercida, sobretudo, dos jovens mais velhos para os mais novos.

Barter et al. (2004) apontam, igualmente, a hierarquia de pares que parece existir entre crianças e jovens neste contexto, como um fator explicativo da violência entre pares. Esta consiste no exercício de poder e de influência, realizado pelos jovens, através da força física ou da manipulação, sobre os outros pares residentes (Parkin & Green, 1997), sendo vista como algo inevitável e comum neste contexto. Barter et al. (2004) defendem que os jovens têm a sua própria cultura de pares em acolhimento residencial. Essa cultura é adaptada às suas próprias regras, em que os jovens dominantes ou “top dogs” frequentemente utilizam a coerção e a violência para controlarem os seus pares. Nesses grupos hierárquicos, os jovens percecionam a vinda de pessoas novas para a CAR como ameaças aos seus lugares na hierarquia e, como forma de protegerem as suas posições no grupo, tendem a recorrer ao *bullying*, variando de agressões físicas a “cerimónias de iniciação”, utilizadas como um teste aos novos membros. Se estes não se defenderem de forma adequada, são percecionados como “fracos”, posicionando-se automaticamente na base da hierarquia. Na generalidade dos casos, a hierarquia de pares é percecionada pelos jovens como um aspeto normal do acolhimento residencial, mas não algo comum às relações entre pares (Barter, 2003). À semelhança disto, pelos funcionários, a hierarquia de pares é vista como aceitável (Barter et al., 2004).

Consequências da violência

As consequências da violência entre pares em acolhimento residencial podem ser profundas e duradouras, visto que os jovens se encontram em ambientes dos quais não podem fugir, onde estão em contacto permanente com pares com histórias de vida desfavorecidas e traumáticas, comportamentos desafiadores e problemas emocionais (Gibbs & Sinclair, 2000). Segura et al. (2016) afirmam que jovens vítimas de violência entre pares manifestam problemas de internalização, como sintomas de ansiedade e depressão, e problemas de externalização, como comportamentos desafiantes, ao quebrarem as regras.

Barter (2003) na sua investigação concluiu, ainda, que os jovens identificaram níveis diferentes do impacto da violência entre pares. Os ataques de baixo nível eram percecionados como não tendo um impacto significativo nas suas vidas a longo prazo, não os identificando como uma característica relevante da sua vivência em acolhimento, constituindo a forma menos frequente de violência. Os ataques de nível elevado envolviam danos emocionais significativos, com grande uso da força e eram, muitas vezes, planeados e direcionados a algum jovem/grupo em específico, ocorrendo no contexto de uma situação desigual de poder entre pares.

O *bullying* e a violência entre pares constituem fenómenos com consequências a nível físico e/ou psicológico para os diversos intervenientes. As crianças e jovens que sofrem com esta problemática, sobretudo no ambiente onde residem, poderão não superar os traumas sofridos (Rigby, 2003).

Muitas das crianças e jovens que se encontram em acolhimento residencial sofreram já anteriormente de abuso e negligência nas suas trajetórias de vida antes da sua colocação (Ellonen &

Pösö, 2011). Vivenciaram experiências potencialmente comprometedoras do seu funcionamento psicológico e social (Sousa, 2015), constituindo assim um grupo especialmente vulnerável, pelo que existe uma particular necessidade de protegê-las de novas vitimações enquanto estão em acolhimento (Khoury-Kassabri & Attar-Schwartz, 2014).

Em Portugal, são ainda escassos os estudos sobre a problemática da violência entre pares no contexto do acolhimento residencial (Almeida, 2019). Pretende-se, assim, com este estudo contribuir para um conhecimento mais amplo sobre esta problemática, dando voz aos próprios jovens. Pela natureza qualitativa do estudo, pretende-se aceder e explorar de forma mais direta eventuais experiências de violência ocorridas entre os jovens num contexto que, mesmo perante todos os seus desafios, deve ser, acima de tudo, protetor.

III – Objetivos

A presente investigação tem como objetivo principal analisar a existência e a manifestação de violência entre pares de (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial. A partir das narrativas dos próprios adolescentes em acolhimento, pretende-se compreender as diversas manifestações que a violência pode assumir e os fatores que a influenciam, bem como a percepção dos jovens quanto ao impacto dessas experiências.

São, assim, objetivos específicos desta investigação:

- **Objetivo 1:** Explorar a perspectiva dos (pré)adolescentes em acolhimento residencial, quanto à existência de violência entre pares na Casa de Acolhimento Residencial.
- **Objetivo 2:** Explorar a ocorrência da dupla experiência de vitimação e agressão dos (pré)adolescentes em acolhimento residencial no contexto da violência entre pares.
- **Objetivo 3:** Identificar possíveis fatores que, na perspectiva dos (pré)adolescentes, contribuem para a existência de violência entre pares nas casas de acolhimento.
- **Objetivo 4:** Analisar a percepção dos (pré)adolescentes relativamente ao impacto das experiências de vitimação e agressão.

IV – Metodologia

Assiste-se, atualmente, a um incremento da investigação no âmbito do acolhimento residencial e das diversas problemáticas inerentes ao mesmo. No entanto, estudos que se baseiem nas narrativas dos jovens e nas suas perspetivas em primeira mão da vivência nas Casas de Acolhimento Residencial são ainda escassos. Como tal, neste estudo, dada a complexa e subjetiva natureza da nossa investigação e procurando colmatar esta questão, optámos por recorrer a uma investigação de natureza qualitativa, baseada nas narrativas e experiências dos próprios jovens, que teve como opção metodológica a *Grounded Theory*.

Participantes

A amostra recolhida para a presente investigação foi constituída por 12 (pré)adolescentes que se encontram, atualmente, em Casas de Acolhimento Residencial, de ambos os sexos, dos quais 8 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino. A tabela 1 sintetiza as características destes sujeitos. Verifica-se que as suas idades estão compreendidas entre os 11 e os 16 anos, com média etária de 14 anos (DP=1.53). Em termos de escolaridade, todos os participantes se encontram a frequentar o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, estando dois deles a completar o 3.º ciclo no Ensino Profissional e os restantes em Ensino Regular. Dos 12 (pré)adolescentes, 5 tinham já sido colocados noutras Casas de Acolhimento antes da sua colocação na CAR atual. Em termos de fratria na CAR, metade dos jovens afirmaram estarem acolhidos com os seus irmãos.

A tabela 2 sintetiza as características das CAR onde residem os jovens que constituíram esta amostra. Todas as CAR são mistas, isto é, compostas por jovens do género feminino e masculino. No entanto, numa destas os jovens estão divididos em dois espaços diferentes em função do seu género. Na CAR 1 residem 12 crianças e jovens, a equipa técnica conta com uma Psicóloga e uma Educadora Social e a equipa educativa conta com oito auxiliares. A CAR 2 conta com 10 residentes, a sua equipa técnica é constituída por duas Psicólogas e duas Assistentes Sociais e a equipa educativa conta com 10 membros. A CAR 3 é composta por 11 residentes, a equipa técnica por duas Assistentes Sociais, uma mestre em Ciências da Educação e uma Psicóloga e a equipa educativa por nove elementos.

Esta amostra teve como critérios de inclusão a idade dos jovens, que poderia ser compreendida entre os 10 e os 18 anos. O tempo de acolhimento na casa atual, que tinha de ser, no mínimo, de 9 meses. E o domínio total da língua portuguesa, a fim de evitar falhas de comunicação associadas ao idioma. O critério de exclusão da amostra consistiu na presença de défice cognitivo que compromettesse a sua prestação e a informação recolhida.

Tabela 1.*Caracterização dos (pré)adolescentes*

<i>Identificação do (pré)adolescente</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade (anos)</i>	<i>Ano de escolaridade</i>	<i>Colocação noutra CAR</i>	<i>Irmãos na CAR</i>
<i>J1</i>	F	11	5.º	Não	Sim
<i>J2</i>	F	14	6.º	Não	Não
<i>J3</i>	M	15	8.º	Sim	Não
<i>J4</i>	M	16	9.º	Não	Não
<i>J5</i>	M	14	9.º	Não	Não
<i>J6</i>	M	12	6.º	Não	Sim
<i>J7</i>	M	15	9.º	Não	Não
<i>J8</i>	F	15	8.º	Não	Sim
<i>J9</i>	F	16	8.º	Sim	Não
<i>J10</i>	M	14	7.º	Sim	Sim
<i>J11</i>	M	12	5.º	Sim	Sim
<i>J12</i>	M	14	6.º	Sim	Sim

Legenda: J - jovem; F - feminino; M - masculino

Tabela 2.*Caracterização das Casas de Acolhimento Residencial*

<i>Identificação da CAR</i>	<i>Residentes da CAR</i>	<i>Equipa Técnica</i>	<i>Equipa Educativa</i>	<i>Tipologia da CAR</i>
<i>CAR 1</i>	12	2	8	Mista
<i>CAR 2</i>	10	4	10	Mista
<i>CAR 3</i>	11	4	9	Mista

Legenda: CAR - Casa de Acolhimento Residencial

Instrumentos

Considerando a natureza qualitativa do estudo e a opção pela metodologia da *Grounded Theory*, o instrumento de recolha de dados consistiu na entrevista semiestruturada (Batista et al., 2017; Santos et al., 2021). Esta é utilizada como técnica fundamental de recolha de dados em diversos campos de investigação por consistir num tipo de entrevista com questões abertas e fechadas (Batista et al., 2017), em que o entrevistador deve utilizar um guião, que lhe permita manter o foco nas questões-chave, podendo ser flexível e ir introduzindo questões não planeadas, caso considere necessário. Sobretudo no início, as questões devem trazer à memória histórias que induzam no sujeito a vontade de contar mais sobre elas (Nobre Lima & Ferro, 2014). Assim, o sujeito entrevistado tem a oportunidade de responder de forma subjetiva às questões, sentindo que está, também, no controlo da situação, podendo escolher o que contar e como o fazer e tendo abertura para relatar experiências pessoais (Santos et al., 2021).

Na aplicação deste tipo de entrevista, a sensibilidade do investigador para produzir conhecimento partindo de diversos indícios (e.g. linguagem dos sujeitos entrevistados, expressões faciais, pausas, postura corporal, velocidade do discurso) deve ser considerada um fator relevante para garantir a eficácia da entrevista e a fiabilidade dos dados recolhidos (Silvestre et al., 2014).

O guião da entrevista utilizado para a recolha de dados foi estruturado em blocos temáticos de modo a incluir questões que respondessem especificamente aos objetivos da presente investigação (cf. Anexo I). As questões eram claras, diretas e foram realizadas com a especial atenção de estarem adaptadas à linguagem dos jovens entrevistados e suficientemente abertas para que pudessem suscitar a narrativa e o diálogo. O guião, tal como defendido por Silvestre et al. (2014), foi semelhante em todas as entrevistas. Foram realizados pequenos ajustes ao mesmo após as primeiras duas entrevistas, adicionando-se questões acerca da influência das regras da CAR na eventual violência entre os (pré)adolescentes. No entanto, mantiveram-se os mesmos princípios, de modo a conferir rigor e fiabilidade à recolha de dados.

Na produção do guião, houve ainda o cuidado de iniciar com perguntas mais gerais e menos potencialmente ativadoras a nível emocional, prosseguindo depois para tópicos mais difíceis e possivelmente sensíveis. Tal permitiu que os jovens pudessem ir aumentando a sua confiança no investigador, sem que se sentissem de alguma forma desconfortáveis, sobretudo dada a natureza das questões, procurando obter informações mais fiáveis.

Numa primeira fase, explorou-se a perspetiva dos jovens face ao ambiente da CAR e ao modo como caracterizavam as relações entre os pares. De seguida, abordaram-se temas relativos às eventuais experiências de vitimação, suas e de outros, dentro da CAR e dos fatores que poderiam contribuir para essa realidade. Posteriormente, foram exploradas as experiências dos jovens como agressores e a dupla experiência de vitimação/agressão. Numa quarta fase, tentou-se perceber o papel dos técnicos nas situações de violência entre pares ou, na inexistência desta realidade nas narrativas dos jovens, exploraram-se os fatores que poderiam contribuir para que esta não fosse uma realidade naquele contexto. Por último, os (pré)adolescentes foram desafiados a pensarem em possíveis conselhos que

dariam a um jovem recém-chegado à CAR para que este tivesse uma convivência tranquila, com o propósito de se perceber as atitudes e comportamentos que estes consideram essenciais para o bom relacionamento entre pares.

A par disto, procurou-se manter uma relação de empatia e confiança com os jovens, fundamental para lhes transmitir o respeito e a segurança necessários à autorrevelação, protegendo os seus sentimentos e segredos, através de uma escuta atenta e ativa (Chase, 2003). Ao longo da entrevista, existiu sempre um especial cuidado de não induzir qualquer tipo de dano, seja de que ordem for, ou não prejudicar, de alguma forma, os (pré)adolescentes com quem se contactou (Nobre Lima & Ferro, 2014).

Procedimento de Recolha de Dados

Após a obtenção do parecer favorável por unanimidade da Comissão de Ética e Deontologia da Investigação (CEDI) da FPCE-UC (cf. Anexo II) ao projeto da presente investigação, iniciou-se o contacto via e-mail, telemóvel e/ou diretamente com 10 Casas de Acolhimento Residencial da área centro de Portugal Continental. No contacto com as CAR foram esclarecidos os objetivos da investigação e os requisitos necessários para a participação dos jovens. Uma vez obtida resposta por parte da CAR, foram enviados às Diretoras Técnicas o Pedido de Colaboração, o Guião da Entrevista, o Consentimento Informado, o Assentimento Informado e a Ficha de Identificação do (pré)adolescente. Do contacto realizado com estas CAR, apenas três aceitaram colaborar na presente investigação, mostrando-se disponíveis desde início a contribuir para o desenvolvimento de estudos que abordem a problemática das relações, nomeadamente de violência entre pares, no contexto do acolhimento residencial. O contacto com as CAR iniciou-se em setembro de 2022 e as entrevistas foram realizadas ao longo dos meses de novembro, janeiro, março e abril. Salienta-se a dificuldade em conseguir obter respostas favoráveis por parte da maioria das CAR contactadas. Da parte de algumas, nunca se obteve qualquer resposta e, da parte de outras, há a perceção de que protelaram bastante a dar o seu parecer, acabando este por ser desfavorável ou mesmo inexistente.

Uma vez autorizado o estudo, solicitou-se às Diretoras Técnicas, com quem o contacto foi mantido ao longo de toda a colaboração, que identificassem os jovens disponíveis para participar e as suas disponibilidades. Foi-lhes ainda requerido que assinassem o Consentimento Informado (cf. Anexo III), autorização do sujeito que tenha sido informado sobre os objetivos e procedimentos da investigação, de forma séria e sincera (Nobre Lima & Ferro, 2014). O facto do presente estudo ser realizado com (pré)adolescentes que se encontram em CAR, exige que estas prestem uma autorização em que asseguram que os jovens estão autorizados a participar na investigação, conscientes dos objetivos e procedimentos da mesma.

Posteriormente, no contacto com o (pré)adolescente, os objetivos foram, mais uma vez, apresentados, sendo requerida a autorização do mesmo para que a entrevista fosse gravada, visto que esta obriga a um elevado grau de envolvimento por parte do entrevistador, o que faz com que não seja possível este registar manualmente toda a informação necessária. O Assentimento Informado (cf. anexo IV) assinado pelos jovens incluía a explicitação do objetivo do estudo, o carácter estritamente voluntário da sua participação, a possibilidade de desistir a qualquer momento, sem que houvesse qualquer prejuízo e a gravação da entrevista com a garantia de que a mesma não seria utilizada para qualquer outro fim que não a análise das narrativas pelo entrevistador. Apesar de a entrevista ser gravada com recurso a um gravador, é fulcral que o investigador tire algumas notas acerca da dimensão não-verbal da comunicação.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, em salas das Casas de Acolhimento Residencial, onde somente se encontrava o jovem e a investigadora. A duração de cada entrevista dependeu bastante do sujeito entrevistado, tendo a maior durado cerca de 2h e a menor cerca de 25 minutos, durando, em média, de 0h45 a 1h.

De notar que foi ainda fornecido, a cada (pré)adolescente, o contacto da investigadora e a disponibilidade para que colocassem qualquer dúvida no âmbito da investigação, ainda que depois das entrevistas concluídas.

Procedimento de Análise dos Dados

Dada a natureza qualitativa da presente investigação, os dados foram analisados segundo a *Grounded Theory*. A *Grounded Theory*, desenvolvida por Barney Glaser e Anselm Strauss no ano de 1967, constitui-se como um método de análise qualitativa amplamente utilizado nas ciências sociais (Nobre Lima & Ferro, 2014). O objetivo dos autores prendeu-se com a tentativa de estabelecerem um método de pesquisa direcionada para a construção de novas hipóteses e teorias, ao invés do teste de hipóteses já estabelecidas *a priori* (Pinto & Santos, 2012). O propósito era o de criar uma teoria fundamentada nos dados representativos da realidade dos sujeitos estudados e não partir de uma teoria preconcebida (Glaser & Strauss, 1999).

A *Grounded Theory* constitui-se como um método de conduzir uma investigação, que inclui estratégias explícitas de recolha e análise de dados, com o objetivo de construir uma teoria que forneça uma compreensão de determinado fenómeno (Charmaz & Thornberg, 2021). Dois dos princípios fundamentais desta teoria são, em primeiro lugar, o princípio da mudança, que se baseia na premissa de que nenhum fenómeno é estático, devendo existir mudança no próprio método através da investigação. O segundo princípio diz respeito ao determinismo: defende-se a rejeição deste conceito, na medida em que se acredita que os sujeitos são atores do seu próprio destino, possuindo a capacidade de fazerem

escolhas de acordo com as suas percepções acerca das diversas opções que encontram (Corbin & Strauss, 1990). Stern e Porr (2011) elencaram, ainda, outros quatro princípios fundamentais da *Grounded Theory*: consistir num método que conduz à descoberta e à verificação, que procura explicações e não descrições, que realça a emergência de não se forçar a nada e que opera baseando-se numa lógica de ação que se pode compreender e replicar.

A *Grounded Theory* consiste, portanto, num conjunto de procedimentos de recolha e análise de dados que possui como particular característica basear-se numa metodologia em que o desenvolvimento de uma teoria começa a formar-se ainda na recolha de dados, dado que a sua análise se faz a par da recolha (Nobre Lima & Ferro, 2014).

Na *Grounded Theory* utiliza-se uma amostragem teórica, isto é, uma amostra selecionada tendo em conta as experiências pelas quais cada indivíduo passou na sua vida que são importantes e que determinam o fenómeno que pretendemos estudar. Por esta mesma razão, os dados devem ser analisados à medida que vão sendo recolhidos, para que se possa procurar outros sujeitos cujas experiências vão ao encontro da teoria que começar a emergir da nossa análise (Nobre Lima & Ferro, 2014).

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas, incluindo toda a interação verbal e não verbal (Nobre Lima & Ferro, 2014) e as narrativas foram analisadas, criando categorias de informação. Posteriormente, foi necessário, a partir dessas categorias, chegar-se a uma única categoria de modo a criar a teoria do estudo. Ao longo de todo o trabalho, serão explicadas as diferentes categorias, validando-as com excertos das entrevistas.

No decorrer da rigorosa e detalhada análise dos dados, estiveram sempre presentes as constantes e essenciais comparações. Uma vez que os dados vão sendo analisados ao longo da sua recolha e dessa análise resultam categorias de informação, sempre que surgem novos dados, estes têm que ser comparados com as categorias já existentes, para que se possa perceber se esses novos dados se enquadram nessas categorias ou se há a necessidade de criar novas (Nobre Lima & Ferro, 2014). Isto levou a que a teoria se fosse formando logo na análise dos primeiros dados e na constituição das primeiras categorias. Henwood e Pidgeon (2003) defendem que, numa fase inicial, o investigador deve utilizar ao máximo a sua flexibilidade na criação de categorias a partir dos dados que possui. Procurou-se alcançar categorizações de ordem superior e integradoras, levando depois a uma etapa de descodificação e interpretação atenta e criteriosa, sempre com o objetivo de alcançar uma teoria central à teoria que se construiu anteriormente (Nobre Lima & Ferro, 2014).

A codificação é o elo fundamental entre a recolha de dados e o desenvolvimento de uma teoria que emerge como explicação a esses mesmos dados. Ao atentar na codificação dos dados, podem surgir dois fios condutores principais da teoria: afirmações teóricas generalizáveis e análises do contexto em que as ações e os eventos ocorrem (Charmaz, 2014). Os três tipos de codificação: aberta, axial e seletiva devem ser realizadas de forma sequencial. Apesar de este consistir num processo *bottom-up*, aconteceu, em alguns momentos mais iniciais da codificação, voltar às fases mais primárias do processo para se reformular a teoria (Nobre Lima & Ferro, 2014).

Inicialmente, procurou-se estabelecer uma unidade de análise com significado (Nobre Lima & Ferro, 2014) que, neste caso, consistiu nas frases de cada participante. A utilização desta unidade de análise foi consistente ao longo de todo o processo de análise dos dados.

A codificação aberta consistiu em decompor, analisar, comparar, conceptualizar e categorizar os dados. Nesta fase de análise, fomos rotulando os pensamentos a fim de os identificar como conceitos particulares, distinguindo as categorias e assinalando as suas próprias características (Nobre Lima & Ferro, 2014). As categorias são como agregações de dados relacionados entre si, que contêm algumas propriedades comuns a determinada categoria (Bryant, 2017). A realização desta etapa estimulou a que o investigador fosse indagando, de modo a ir sempre comparando as categorias que já possuía, permitindo-lhe esse questionamento entender melhor as implicações teóricas e especificar cada vez mais cada categoria (Corbin & Strauss, 1990).

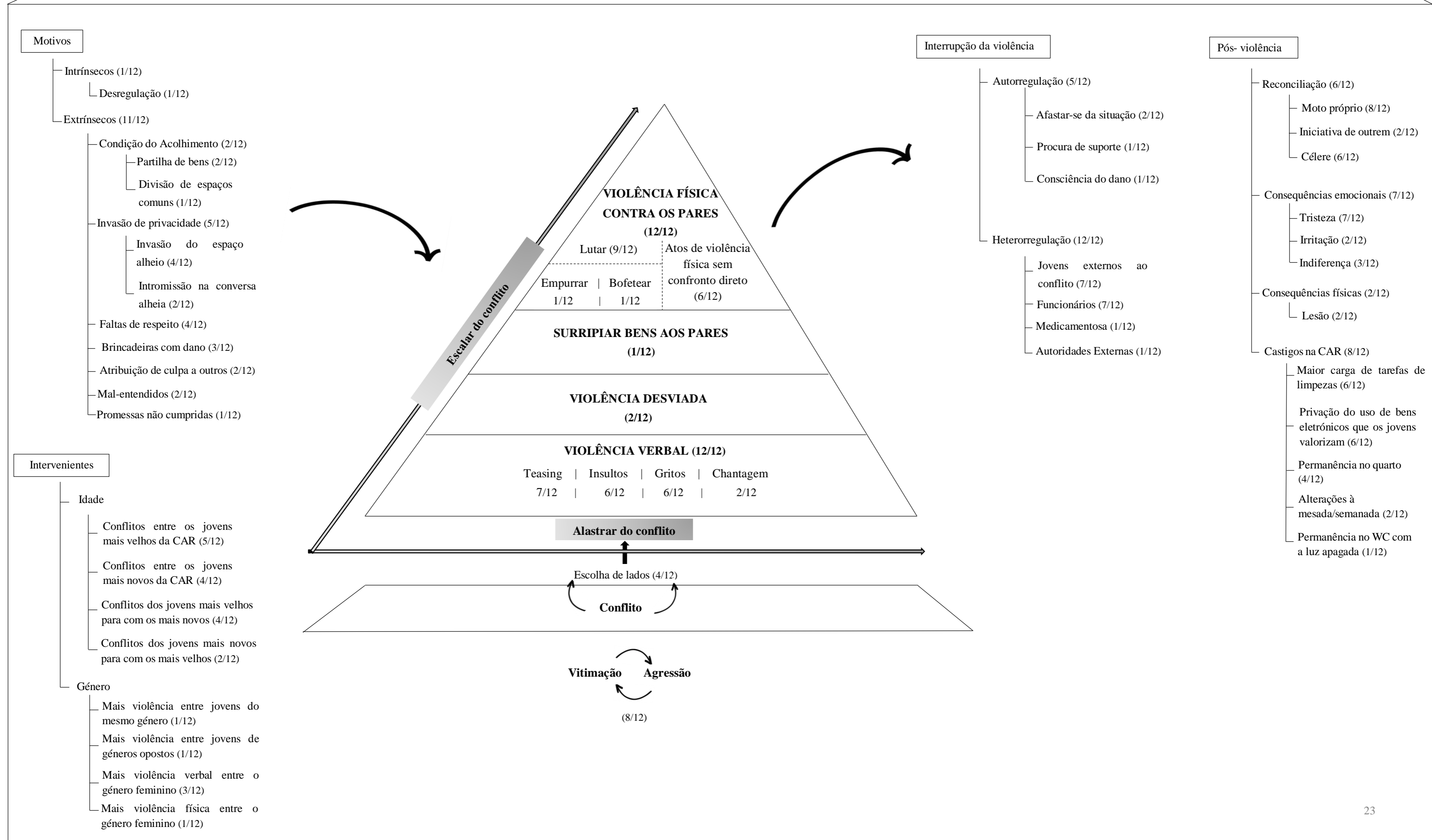
Na codificação axial, especificou-se as propriedades e as dimensões de cada categoria, procurando-se tornar a codificação mais sistemática (Charmaz, 2014). As categorias anteriormente encontradas foram, assim, agrupadas sob uma nova categoria que definisse as relações que estabelecem entre si (Nobre Lima & Ferro, 2014). Todas as relações hipotéticas propostas durante a codificação axial devem ir sendo comparadas continuamente com os novos dados obtidos. Para se obter uma teoria mais plausível, as hipóteses indicadas em cada categoria devem ser repetidamente corroboradas pelos dados (Corbin & Strauss, 1990). É fundamental procurar a saturação das categorias, pois é isso que traz consistência à teoria que se começa a formar (Nobre Lima & Ferro, 2014).

A codificação seletiva é como que um exercício de meta-análise, em que se procura perceber, das relações entre as categorias, a coerência que lhes dá unidade, para que se consiga perceber a ideia que conduzirá à identificação da categoria central, objetivo principal quando se vai realizando a categorização. Neste caso, realizou-se um esquema (cf. Esquema 1) com as relações estabelecidas entre as categorias, de modo a ser mais perceptível o caminho percorrido até chegar à categoria central, que representa o fenómeno central da investigação (Corbin & Strauss, 1990).

De assinalar, por último, que ao longo de todo o processo de codificação foram sendo realizados memorandos. Estes continham dúvidas, argumentos para determinada categorização, designações diferentes para alguma categoria e, sobretudo, considerações reflexivas que o investigador ia realizando ao longo do processo, essenciais na reflexão acerca dos dados obtidos.

V- Resultados

EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA ALEATÓRIA



O principal objetivo desta investigação consistiu em perceber se existem e como se manifestam experiências de violência entre pares de (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial. As narrativas dos jovens resultantes da entrevista semiestruturada foram exploradas segundo o processo de análise *bottom-up*, que conduziu à identificação da teoria central de que se verifica, em Casas de Acolhimento Residencial, a existência de episódios de violência aleatória entre pares.

Este processo de análise permitiu, de modo geral, identificar os motivos de vária ordem dos episódios de violência entre pares, caracterizar os seus intervenientes, compreender os diferentes tipos de violência presente nas narrativas dos (pré)adolescentes, o modo como esta é interrompida e aquilo que caracteriza o pós-violência.

Ao longo deste capítulo, serão apresentadas as categorias que caracterizam os episódios de violência entre os (pré)adolescentes, tal como apresentadas no Esquema 1.

EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA ALEATÓRIA

O ambiente sentido na CAR caracteriza-se por um clima de convívio saudável, em que os jovens se dão bem, percecionando essa vivência como positiva, concomitantemente com um ambiente marcado por episódios de violência aleatória entre pares. Estes episódios de violência aleatória constituem a categoria central desta análise.

Entrevistadora: No geral, como é que caracterizas o ambiente aqui na casa?

- *Sujeito 1: Ah, varia também. Às vezes há algumas confusões, umas vezes está tudo bem...e é assim.*
- *Sujeito 2: No geral é razoável, não é bom, nem mau. Sempre tem aqueles lados maus, sempre tem aqueles lados bons, é razoável.*
- *Sujeito 3: Depende dos dias. Tem dias em que é fixe, tem dias que a malta se diverte até bastante, estamos todos felizes e não sei quê, mas outros quando a malta começa a aparvalhar a gente chateia-se e é um ambiente um bocado mau, vai depender dos dias.*
- *Sujeito 4: Mais ou menos, muitas vezes há conflitos, outras vezes é calmo.*
- *Sujeito 5: Tem dias, há dias que estamos todos amigos, há dias em que há confusões*
- *Sujeito 7: Às vezes está tudo muito bem como por outras vezes está tudo muito mal. Tipo, às vezes está tudo bem e tipo... logo na hora pode tipo haver uma confusão de todo o tamanho, tanto pode estar tudo bem, como pode estar tudo mal... tipo num momento.*

Designados de “Episódios” pela frequência com que ocorrem, estes são identificados por sete dos doze inquiridos como sendo comuns no contexto de acolhimento residencial (“(...) duas/três vezes por semana, às vezes.”; “(...) neste momento tem sido todos os dias.”) e por cinco deles como sendo pouco frequentes (“(...) é muito raro acontecer isso.”; “Mas isso é só de vez em quando... Mas é raro.”).

Estes episódios de violência entre pares são uma realidade, segundo a maioria, frequente nas Casas de Acolhimento Residencial, no entanto não é esta violência que domina o ambiente neste contexto.

No Esquema 1, as categorias que caracterizam os episódios de violência entre pares estão todas elas inseridas numa “casa”. Esta “casa” representa a Casa de Acolhimento Residencial, nomeadamente, os espaços comuns da mesma. Seis dos (pré)adolescentes inquiridos afirmam que tanto os conflitos como a reconciliação dos jovens ocorrem em momentos em que estão todos juntos em espaços comuns (“(...) é na sala e na cozinha, é quando estamos juntos.”) e, muitas vezes, à refeição (“(...) nos jantares quando estamos todos juntos.”; “(...) é mais às refeições.”).

Na “casa” encontram-se, na lateral esquerda, os diversos motivos e os intervenientes nos episódios de violência entre pares. No centro encontra-se uma pirâmide representativa do alastrar e do escalar dessa violência entre os (pré)adolescentes que surge pelos motivos e entre os intervenientes que estão a montante, bem como das diversas manifestações da mesma. Na lateral direita encontra-se aquilo que caracteriza a interrupção dessa violência e o que sucede no pós-violência.

A categoria central consiste nos **episódios de violência aleatória**. A violência entre os pares é considerada aleatória pela ausência de um padrão a nível da caracterização dos intervenientes, da frequência com que ocorre e dos motivos pelos quais surge. As narrativas dos jovens acerca de todas estas categorias que caracterizam os episódios de violência foram bastante difusas, não se identificando um padrão que caracterizasse a ocorrência dos episódios de violência, verificando-se, assim, uma aleatoriedade da mesma.

Motivos

Na perspectiva dos jovens, a violência pode surgir por diversos motivos. Estes variam entre motivos intrínsecos, isto é, relacionados com o próprio indivíduo, e motivos extrínsecos, quando dependem de fatores externos aos sujeitos.

i. Motivos Intrínsecos (1/12)

a. Desregulação (1/12)

Um dos jovens revela que, por vezes, os conflitos ocorrem por desregulação dos próprios, na medida em que “descompensam”. Sem motivo aparente, assumem atitudes violentas contra objetos e/ou contra os seus pares, levando a situações de violência percebidas como graves (“Uma vez o que era o mais velho estava a descompensar, sabe o que é descompensar? É tipo estar a fazer porcaria e pronto, sem razão, a partir vidros e janelas e não sei o quê.”).

ii. Motivos Extrínsecos (11/12)

a. Condição do Acolhimento (2/12)

Os fatores inerentes à vivência em acolhimento residencial foram agrupados na categoria de “Condição do Acolhimento”, uma categoria constituída por variáveis que são consideradas, pelos jovens, como motivos para a ocorrência de conflitos entre eles, e que são, inevitavelmente, decorrentes das normas das CAR, como a partilha de bens e a divisão de espaços comuns.

Partilha de bens (2/12)

Os jovens consideram que a obrigatória divisão igualitária e partilha de bens por todos constitui uma das causas dos conflitos entre si, dado não se verificar uma concordância dos jovens aquando destas partilhas.

- “(...) há sempre confusões, às vezes... quando é coisas que vêm tem que ser tudo para todos. Por exemplo, se um tiver e o outro não tiver depois há sempre discussões ‘ah eu quero, eu quero. Não, é para mim, é para mim’. Tem que ser mesmo para todos.”
- “Eles lutam bue, só porque aquele quer um brinquedo e esse tem... é por causa disso.”

Divisão de espaços pessoais (1/12)

Outra das questões que se inclui nesta categoria reside na divisão dos espaços pessoais. Em algumas CAR, os (pré)adolescentes dividem o quarto com os pares que consigo coabitam. Essa divisão de espaços que, na maioria das vezes, são considerados os espaços mais pessoais de cada sujeito, pode ser desafiante para estes jovens, levando a que isso seja também um dos motivos que estes identificam como impulsionadores de discussões e confusões entre os mesmos (“(...) às vezes há confusões de arrumar, ou dá confusões de estar nas camas.”).

b. Invasão de privacidade (5/12)

Nesta categoria, incluem-se os comportamentos reportados pelos jovens de desrespeito e de invasão da sua privacidade e do espaço pessoal, levando a conflitos e discussões entre si.

Invasão do espaço alheio (4/12)

Os (pré)adolescentes relatam que sentem o seu espaço pessoal invadido, como por exemplo o seu quarto. Revelam que, muitas vezes, quando vão para as suas casas (de família) ao fim de semana, os pares que com eles coabitam invadem os seus quartos e mexem nas suas coisas, o que os deixa desconfortáveis, podendo levar a que reajam de forma violenta.

- “(...) se alguém entra no nosso quarto tipo é bue desconfortável, porque nós temos as nossas cenas e a malta aí enerva-se logo.”
- “É por a pessoa mexer naquilo dos outros que não deve.”
- “(...) mas no fim de semana remexeram-me a gaveta toda.”
- “(...) eles mexem nas nossas coisas. Eles tentam, por exemplo, procurar pastilhas, quando a gente está no fim de semana, eles vasculham aquilo tudo.”

Intromissão na conversa alheia (2/12)

Nas entrevistas surgiu, ainda, como motivo dos conflitos entre os jovens, o facto de os mesmos se colocarem numa conversa entre duas outras pessoas que não lhes diga diretamente respeito.

- *“Normalmente porque elas estão a falar de algum rapaz e nós metemo-nos na conversa, ela começa logo a discutir connosco.”*
- *“Às vezes a gente só está a falar e depois eu pergunto ‘o que é que foi?’ e depois é ‘mete-te na tua vida’ e depois começa assim (...).”*

c. Faltas de respeito (4/12)

Os (pré)adolescentes identificam ainda, como motivos comuns das discussões que levam à violência entre eles, as faltas de respeito (*“(...) basta tipo uma falta de respeito, uma coisa pequena (...).”*). Estas faltas de respeito estão diretamente associadas à violência verbal entre eles, que será melhor descrita numa categoria respeitante a esse tipo de violência, perceptível nas seguintes respostas: *“Normalmente começa tudo com coisas básicas tipo cagalhão, estúpido e essas coisas.”*; *“(...) depois a malta começa logo a chamar nomes.”*; *“(...) e os rapazes às vezes chamam nomes às raparigas, depois nós para nos defender chamamos também.”*

d. Brincadeiras com dano (3/12)

Os (pré)adolescentes mencionam que, por vezes, iniciam uma brincadeira normal, na relva, por exemplo e, por alguma razão, acabam por se magoar. O facto de se magoarem aquando de uma brincadeira constitui razão suficiente para que o conflito entre eles inicie (*“Normalmente primeiro estão a brincar, depois aleijam-se e vão logo para a confusão.”*).

e. Atribuição de culpa a outros (2/12)

Dois dos jovens afirmam que muitos conflitos iniciam quando os funcionários questionam os (pré)adolescentes quem é o responsável de determinado comportamento e estes, ao invés de o admitirem, colocam a responsabilidade dos seus atos nos pares que consigo coabitam, culminando em episódios de violência (*“(...) quando os funcionários perguntam ‘quem é que fez isto?’ numa coisa de mal, os miúdos o que fazem é apontar dedos para aqui, para lá ‘foi ele’ e depois o outro dá logo um grito ‘não fui eu’ e depois continua e depois parte sempre para a bulha.”*; *“Tipo roubar alguma coisa e dizer que não é minha culpa, posso dizer alguma coisa e depois nunca mais admito.”*).

f. Mal-entendidos (2/12)

Os “mal-entendidos” identificados por dois jovens como motivos dos episódios de violência entre eles foram associados ao facto de existir alguma falha na interpretação de algumas mensagens pelos intervenientes. Como exemplo, referiram que quando dão a sua opinião acerca de alguma atitude assumida por outra pessoa, essa pode interpretá-la de modo pejorativo, iniciando um conflito (*“mal-entendidos... Se eu der a minha opinião a outra pessoa, não sendo falar mal...a outra pessoa, se*

interpretar mal, vai dizer o errado à outra pessoa e causa confusão. A outra pessoa fica chateada sem saber realmente da minha parte e vai causar a confusão.”).

g. Promessas não cumpridas (1/12)

É relatado que existem discussões que se iniciam quando uma das partes envolvidas numa promessa a quebra, não cumpre com a sua palavra, tal como perceptível no seguinte exemplo: *“Às vezes nós damos-nos muito mal ou porque por exemplo prometemos uma coisa e se a coisa não acontece, como o caso às vezes, eu vou de fim de semana e às vezes prometo assim ‘olha, quando eu vier trago um saquinho de gomas para nós dividirmos ou trago um chupa para levares para a escola’, ou pronto qualquer coisa assim que a gente combina, ou comida ou brinquedos (...) chateamos-nos é mais por isso.”).*

Intervenientes

A caracterização dos intervenientes nos episódios de violência é bastante difusa nas narrativas dos (pré)adolescentes, evidenciando, assim, a ausência de um padrão, o que contribuiu para descrever a aleatoriedade deste fenómeno. A difusão presente nas suas narrativas manifesta-se tanto entre os diferentes jovens, como por vezes na narrativa de um mesmo jovem.

A presente categoria engloba uma caracterização a nível de idade e de género dos intervenientes nos episódios de violência. Existiram, ainda, alguns (pré)adolescentes que, nas suas narrativas, afirmaram não ser possível distinguir os intervenientes, aludindo que o tipo de jovens envolvidos nos episódios de violência difere consoante a situação (*“Isso aqui é depende dos dias mesmo, porque há dias que é dos mais velhos para os mais novos, os mais novos para os mais velhos, as meninas para os meninos e os meninos para as meninas, depende.”*).

i. Idade

a. Conflitos entre os jovens mais velhos da CAR (5/12)

Na perspectiva de cinco (pré)adolescentes, os episódios de violência entre pares ocorrem, sobretudo, entre os jovens mais velhos da CAR (*“Dos mais velhos com os mais velhos.”*).

b. Conflitos entre os jovens mais novos da CAR (4/12)

Pelo contrário, quatro dos inquiridos referem que estes ocorrem, maioritariamente, entre os jovens mais novos da CAR (*“É os pequenos contra os pequenos.”*).

c. Conflitos dos jovens mais velhos para com os mais novos (4/12)

Alguns (pré)adolescentes afirmam que os episódios de violência ocorrem também entre jovens com diferentes idades. Quatro dos inquiridos afirmam que sucedem, sobretudo, por iniciativa dos jovens mais velhos, vitimizando os mais novos (*“Os mais velhos picam com os mais novos.”*; *“Muitas vezes é*

os mais velhos que fazem aos mais novos.”; “Havia um dos mais velhos que tinha sempre a mania de bater nos mais novos.”).

d. Conflitos dos jovens mais novos para com os mais velhos (2/12)

Contrariamente à categoria anterior, dois dos jovens defendem que os conflitos que envolvem intervenientes de diferentes idades são, maioritariamente, provocados pelos (pré)adolescentes mais novos em relação aos mais velhos da CAR (*“Eles começam a picar os mais velhos.”*).

ii. Género

a. Mais violência entre jovens do mesmo género (1/12)

Um dos jovens afirma que existem, mais frequentemente, episódios de violência entre jovens do mesmo género (*“É mais de rapazes para rapazes.”*).

b. Mais violência entre jovens de géneros opostos (1/12)

Em oposição, outro dos (pré)adolescentes refere que os intervenientes dos episódios de violência são, maioritariamente, de géneros opostos (*“Raparigas com rapazes.”*).

c. Mais violência verbal entre o género feminino (3/12)

Nas narrativas dos (pré)adolescentes, foram identificados diferentes tipos de violência, explorados nas categorias seguintes. No que concerne à violência verbal, dois jovens afirmam que esta ocorre, sobretudo, entre as residentes do género feminino (*“Mais verbal [entre o género feminino].”*).

d. Mais violência física entre o género feminino (1/12)

Pelo contrário, na entrevista de um dos jovens este relata que os conflitos das jovens do género feminino são assentes, sobretudo, na violência física (*“(…) elas é mais físico agora.”*).

No Esquema 1, a pirâmide no centro da “casa” representa os diferentes tipos de violência identificados pelos jovens, bem como o modo como os episódios de violência alastram para diversos intervenientes e escalam para patamares mais graves.

Dupla experiência de vitimação/agressão (8/12)

A maioria dos jovens afirma que, nos episódios de violência entre pares, já assumiram tanto o papel de vítimas, como de agressores (*“(…) eu estava no meu quarto sossegado e foram-me lá incomodar e eu disse ‘vá, fecha a porta e sai’, ele continuou lá e depois eu saio e espetei-lhe um murro e depois olha.”*).

Existem, porém, quatro (pré)adolescentes que afirmam nunca se terem posicionado como agressores, apenas como vítimas dos episódios de violência entre pares.

Alastrar do conflito

Os (pré)adolescentes referem que os episódios de violência iniciam num conflito que escala muito rapidamente para a violência verbal entre eles. Este conflito é caracterizado por envolver diversos jovens da CAR e não apenas os dois intervenientes inicialmente envolvidos.

i. Escolha de lados (4/12)

Segundo os entrevistados, aquando de uma discussão entre dois jovens da CAR, os pares vão escolher ficar do lado de um dos intervenientes no conflito. Esta escolha que eles fazem, numa discussão que não estava, até aí, relacionada consigo, leva a que o conflito se alastre pelos restantes residentes da CAR, acabando por envolver a grande maioria.

- “(...) Depois vai os amigos de um ajudar esse, depois vai os amigos do outro ajudar o outro e quando se dá conta já está ali uma porradaria.”
- “(...) porque eu acho que quando há discussão vai sempre haver todas metidas, não sei porquê, parece que ou uma junta-se a um lado, outra junta-se a outro e acho que é assim entre todas.”
- “Quando a malta começa a mandar bocas e não sei o quê e se um se levanta levantam-se logo os amigos dele e os outros e está a confusão feita.”

Escalar do conflito

O conflito vai escalando à medida que a violência se vai tornando cada vez mais grave e intensa. No relato dos (pré)adolescentes, depois de a discussão iniciar pelos diversos motivos supramencionados, esta vai escalando. Regra geral, o primeiro patamar desta escalada consiste no conflito caracterizado pela violência verbal (“É um que chama chato ao outro e depois o outro fica chateado, dá-lhe uma chapada, depois começam à luta os dois.”). Este tipo de violência, quando se torna mais grave, pode assumir diversas formas: violência desviada, surripiar bens aos pares e violência física contra os pares. Estes três tipos de violência são mutuamente exclusivos, dado que os jovens afirmam que a violência verbal escala para apenas um desses tipos de violência (“(...) ou batem, ou começam a tirar os brinquedos (...).”).

i. Violência Verbal (12/12)

Nas narrativas dos jovens, o primeiro nível pelo qual os conflitos passam assenta na violência verbal, que se pode traduzir em comportamentos como *teasing*, insultos, gritos e chantagem.

- “Elas diziam coisas que não deviam...irritavam-se e batiam umas às outras (...).”
- “(...) quando falam mal um ao outro a gente fica muito ofendidos e vai logo para a agressão.”
- “(...) ele começou-me a chamar ‘filho da puta, filho da puta’, pimba soco na cara.”

a. Teasing (7/12)

O conceito de *teasing* é definido, na língua inglesa, segundo o Cambridge Dictionary como “to laugh at someone or say unkind things about them, either because you are joking or because you want to upset that person”. Na língua portuguesa, *teasing* significa “provocação, fazer pouco de, meter-se com, implicar com, importunar” (Infopédia, 2023).

Nas narrativas dos jovens, *teasing* surge como uma forma de troça, de gozo (“Às vezes eles gozam e isso (...).”; “(...) tipo gozar e não sei o quê.”), aludindo às características corporais e de visual dos seus pares, chamando-lhes nomes (“Às vezes estão sempre a gozar porque uma pessoa é gorda, porque é magra, porque uma pessoa usa aquilo ou outra pessoa usa aquilo ou porque está com um risco no olho ou porque está com um penteado assim (...).”).

Os (pré)adolescentes mencionam ainda que o *teasing* se traduz nas provocações que fazem uns aos outros e nos comentários, as vulgarmente designadas de “bocas”, que tecem sobre os outros. As provocações podem ser verbais ou físicas e algumas têm como objetivo causar inveja, aludindo a bens materiais ou regalias que alguns jovens detêm, como roupa de marca ou contactos mais frequentes com a família. Em acolhimento residencial, o contacto que os jovens têm com as suas famílias depende de cada situação, havendo alguns que podem privar com esta regularmente (e.g. todos os fins de semana) e outros cujo contacto é pouco frequente. Os (pré)adolescentes utilizam também esta condição que em nada depende deles para causar inveja aos seus pares, como forma de os provocar.

- “Estarem-nos a picar às vezes também nos provoca a sério (...).”
- “(...) Às Vezes é por coisas que alguns têm e outros não têm, ou se metem inveja ... porque tipo alguns não têm aqui contacto com a família, há outros que têm ...tipo roupa de marca ou assim.”
- “Ela provoca-nos também. Ela atira-nos cenas às vezes, dá uma chapada nas costas...e sai a correr.”
- “(...) ele também pica bue a malta (...) é mesmo pica-miolos (...).”
- “Começaram-nos a mandar cenas ... coisas do chão ... eles mandam aquilo que têm à mão... Tentam-nos provocar para a gente fazer alguma coisa contra eles (...).”

b. Insultos (6/12)

Os insultos são outra das formas identificadas pelos jovens pelas quais a violência verbal entre eles se traduz. Estes podem ser diversos, como:

- “Chama-se nomes uns aos outros (...).”
- “Normalmente começa tudo com coisas básicas tipo cagalhão, estúpido e essas coisas só que às vezes escala para uma coisa pior.”
- “(...) ele começou-me a chamar ‘filho da puta, filho da puta’, pimba soco na cara.”
- “(...) dão aquele abuso de chamar ‘és bue gorda, és não sei o quê, partes o chão.’”
- “(...) chamo estúpido, chamo parvo, digo ‘já olhaste bem para o espelho?’.”

Dois dos jovens entrevistados identificaram o facto de se falar acerca das suas famílias como uma forma grave de violência verbal (“*Mas também se começamos a chamar as famílias e essas coisas, mesmo coisas mesmo graves, já...dá direito a castigo.*”; “*Depende, muitas vezes quando é mesmo agressivo ou chamar as mães e isso.*”).

c. Gritos (6/12)

Uma das formas mais comuns de violência verbal que surgiu nas narrativas dos jovens consiste em “gritar”. Estes referem que, nas discussões, elevam o tom de voz até gritarem e que é a partir desses gritos que passam, depois, aos patamares seguintes de violência.

- “*(...) berrarem um com o outro (...).*”
- “*(...) depois começamos todas a gritar umas com as outras.*”
- “*Eu não grito, eu poupo a minha voz, mas pronto, às vezes eles começam a gritar e pronto, é assim.*”
- “*Ah começamos a gritar umas com as outras (...).*”

d. Chantagem (2/12)

A chantagem surge como estratégia de os jovens mais velhos tentarem controlar os mais novos. É exercida na forma de ameaça, por parte dos mais velhos, referindo aos mais novos que irão exercer violência sobre eles caso contem algo que se passa na CAR à equipa técnica e/ou educativa.

- “*Principalmente os mais velhos aos mais pequenos ameaçam bastante. [E: Com que tipo de ameaças?] Sujeito: ‘vou-te bater’ e coisas assim ... quando eu ouvia diziam que ia bater se fosse falar isto ou aquilo (...).*”
- “*Ainda me lembro de um rapaz que era o R. que se nós quando íamos lá ao funcionário ou fazíamos qualquer coisinha era logo porrada em cima e não havia quem lhe dissesse que não (...).*”

ii. Violência Desviada (2/12)

Esta categoria surge como um dos patamares na escalada do conflito após a violência verbal. Dois dos jovens revelam que, por vezes, para que os (pré)adolescentes não agridam os seus pares, acabam por utilizar a violência desviada, no sentido em que são violentos contra algum objeto, como bater numa parede ou partir um vidro (“*Quando começam a descompensar, para não bater na pessoa espetam um murro num vidro e não sei quê e pronto.*”; “*(...) ou vou para o quarto para não me passar com elas, passo-me com as paredes.*”). Este tipo de violência é considerado menos grave que a violência contra os pares e traduz um certo grau de controlo, pois identifica-se uma intenção explícita de não agredir o outro.

iii. Surripiar bens aos pares (1/12)

Uma das (pré)adolescentes entrevistadas revela que, depois da violência verbal, por vezes, o tipo de violência para o qual o conflito pode escalar consiste no surripiar bens aos pares. Os jovens afirmam que, por vezes, retiram ou escondem brinquedos ou bens que os seus pares valorizam, como forma de violência dentro do conflito (“*Ou começam a tirar os brinquedos, ou começam a esconder os brinquedos para os outros não terem (...).*”; “*Tipo roubar alguma coisa (...).*”). Este tipo de violência possui um carácter indireto e uma certa passivo-agressividade.

iv. Violência Física contra os pares (12/12)

A violência física contra os pares surge, nas narrativas dos jovens, como o último patamar na escalada do conflito, constituindo o nível para o qual a violência verbal avança quando o conflito se torna mais grave e intenso.

Este tipo de violência, identificado pela totalidade dos jovens entrevistados, à semelhança da violência verbal, pode assumir diversas formas entre os jovens, também numa escalada que vai avançando dos comportamentos menos graves e nefastos para os mais graves e prejudiciais.

Embora a maioria perceçione este tipo de violência como o segundo patamar na escalada do conflito, um dos (pré)adolescentes menciona-a como o primeiro patamar (“*Eu estava no meu quarto sossegado e foram-me lá incomodar e eu disse ‘vá, fecha a porta e sai’, ele continuou lá e depois eu saí e espetei-lhe um murro (...).*”).

a. Empurrar (1/12)

O comportamento de empurrar os pares constitui-se como uma das condutas menos graves e de primeiro nível dentro daquilo que são as diversas formas da violência física contra os pares. Um dos jovens afirma que começam por empurrar e que, daí, escalam para comportamentos mais agressivos (“*(...) depois eles começam-se a empurrar um ao outro e depois há sempre o primeiro que decide bater.*”).

b. Bofetear (1/12)

O ato de dar uma bofetada ao outro surgiu como outra das condutas de primeiro nível dentro da violência física na narrativa de um dos jovens (“*(...) dá-lhe uma chapada, depois... depois começam à luta os dois.*”).

c. “Lutar” (9/12)

Para a maioria dos jovens, o “lutar” surge como o nível mais grave de violência física. Este ato implica que haja um efetivo confronto físico entre dois ou mais jovens. Este comportamento tem também diversas formas de se manifestar, não havendo, por parte dos jovens, a identificação de que algumas sejam mais graves que outras. Alguns dos exemplos que os jovens mencionam quando se referem à ocorrência de “lutas” são:

- “*(...) quando lutam é mesmo lutar: dão socos...andam à porrada.*”

- *“Mesmo à porrada e isso (...) Murros (...) com as mãos.”*
- *“(...) agressão... para o soco e isso, pontapés... e puxões de cabelos também.”*
- *“(...) é depende, é aos pontapés, ou bater assim na cara.”*
- *“(...) por exemplo, é socos, pontapés, agarrões ... já aconteceu puxarem os cabelos, já aconteceu um bater com a cabeça do outro (...) empurrar tipo a cabeça dele contra a parede.”*
- *“(...) pimba soco na cara ... E depois já havia ali um buraco na casa onde estava a máquina de lavar, metemo-nos lá os dois à briga, tipo quando ele estava a dar-me socos, eu estava no chão, ele estava-me a dar socos na cara e eu apanhei-lhe assim o pescoço por cima e depois fiz assim um mata leão (...).”*

d. Atos de violência física sem confronto direto (6/12)

Nas narrativas dos jovens, estes relatam também alguns episódios de violência física a que já assistiram ou em que estiveram envolvidos dentro da CAR, não os incluindo, obrigatoriamente, nos patamares pelos quais o conflito entre pares escala, nem na “luta” que referem existir entre eles. Estes consistem em atos que não exigem, necessariamente, que exista um confronto físico entre os intervenientes.

- *“Atirar facas.”*
- *“Mandavam pratos uns para os outros.”*
- *“(...) ele estava a limpar a louça, deu-me com um copo na cabeça.”*
- *“O J. já tentou mandar o D. da janela.”*
- *“(...) já aconteceu um dos miúdos fazer assim [exemplifica uma palmada] mas com força ao bebé ... Porque o bebé puxou-lhe o cabelo (...).”*

Interrupção da violência

Os inquiridos identificam diferentes formas de os episódios de violência entre eles serem interrompidos, nomeadamente, por autorregulação, ou por heterorregulação. Alguns (pré)adolescentes entrevistados referem que a violência tanto é interrompida por iniciativa própria dos seus intervenientes, como por intervenção dos funcionários (*“Às vezes param, outras vezes os funcionários chegam lá e tipo e vá, metem-nos de castigo para o quarto ou assim.”*).

i. Autorregulação (5/12)

No que concerne à interrupção da violência entre os jovens, cinco afirmam que são os próprios intervenientes a cessar a violência entre eles:

- *“Nós, por exemplo, paramos, do nada...paramos e calamo-nos.”*
- *“Normalmente não é preciso ninguém intervir, porque a gente normalmente resolve os problemas sozinhos e... se a gente tiver que brigar, briga, se tiver que parar, paramos.”*

- “Somos nós que paramos.”

a. Afastar-se da situação (2/12)

O facto de se afastarem da situação demonstra autocontrolo, por parte dos jovens, de modo a evitarem magoar o outro. Dois dos (pré)adolescentes referem utilizar este mecanismo de autorregulação quando provocados pelos pares, evitando episódios de violência entre pares. Relatam que optam por se isolarem no quarto (*“Porque eu sou uma pessoa que irrita-se muito...porque eu quando explodo eu cego... então eu tenho que ter muito autocontrolo, então eu levantei a mão, mas virei-me logo de costas e fui para o quarto, foi o ponto que eu cheguei mais irritado aqui.”*), ou por ir embora para que o episódio de violência não se torne mais grave (*“(...) mas ele enervou-se comigo e passou-se comigo, e virei costas e vim-me embora porque vi que ele estava passado, mas tirando isso não.”*).

b. Procura de suporte (1/12)

Outro dos mecanismos de autorregulação utilizados pelos jovens consiste na procura de suporte junto de algum colega com quem sentem que podem desabafar (*“(...) ou então falo um bocado com o L.”*), de modo a evitarem a ocorrência de um episódio de violência entre pares.

c. Consciência do dano (1/12)

A consciência que o jovem tem do dano que determinado ato de violência está a causar no outro, leva-o a parar a violência exercida até ao momento, evitando que escale para níveis manifestamente mais graves (*“Tem vezes que somos nós que paramos porque já estamos a ir longe demais...quando magoamos alguém a sério...e percebemos isso.”*).

Apesar de os jovens reconhecerem a autorregulação como uma das formas de interrupção dos episódios de violência entre pares e, por vezes, de evitar que estes ocorram, um dos (pré)adolescentes revela que, em alguns momentos, a violência está associada a um carácter de inevitabilidade. Considera que quando lhe é dirigida alguma provocação é inevitável iniciar um episódio de violência, desresponsabilizando-se do seu ato (*“Ele é que me foi lá provocar, eu estava sossegado no meu canto, já era hora de ir dormir, então depois eu levantei-me e olhe... tive que lhe dar o soco para ele coiso, para se ir embora.”*).

ii. Heterorregulação (12/12)

No que concerne à heterorregulação, isto é, à necessidade de intervenção de pessoas externas ao conflito para que este seja interrompido, a maioria dos jovens afirma que o mais comum é a intervenção partir de ambas as partes: tanto dos funcionários da CAR, como dos próprios jovens da CAR que não estejam envolvidos no conflito.

- *“(...) a gente também acalma um bocado os outros, mas normalmente é os funcionários que param (...).”*

- *“Quando há assim essas discussões normalmente mando logo o mais pequeno para ir chamar o funcionário e eu é que vou separar.”*
- *“Tem vezes que alguém se mete, tem vezes que é o funcionário.”*

a. Jovens externos ao conflito (7/12)

Sete dos jovens afirmam que, por vezes, são os próprios (pré)adolescentes a intervir num episódio de violência externo aos mesmos (*“Depende da pessoa que for, se for uma pessoa que eu goste, um amigo chegado, eu vou defender. Humm se for duas pessoas que me são indiferentes eu também vou separar e não sei o quê.”*).

Um dos jovens relata que intervém para que a violência cesse, mas que solicita a algum residente da CAR mais novo para avisar os funcionários da situação (*“Quando há assim essas discussões normalmente mando logo o mais pequeno para ir chamar o funcionário e eu é que vou separar.”*).

Os (pré)adolescentes diferem nos motivos que os levam a intervir no sentido de interromperem a violência. Quatro afirmam que intervêm quando existe uma situação de violência física que consideram mais grave.

- *“Se estiver num bate-boca, eu não me meto... Se eles começarem à pancada e largarem-se, eu também não me meto... Mas se eles estiverem à porrada e ninguém quiser saber e estão tipo a dar socos e pontapés, a tentar bater um no outro mesmo a sério, eu meto-me no meio.”*
- *“(...) tipo bater, começarem aos pontapés...eu aí é que começo às vezes a dizer assim ‘para’.”*
- *“Quando costuma ser assim discussão ninguém se mete nos assuntos, só se envolver porrada, por exemplo (...).”*

Pelo contrário, um dos (pré)adolescentes afirma que intervém quando percebe que a situação não é demasiado grave e que, quando percebe que o é, são os funcionários a colocar termo à mesma (*“Depende da situação, eu não vou parar uma coisa tipo... uma cena mesmo grande. Agora se for uma cena”* [dá a entender se não for uma situação grave]). O mesmo jovem revela que a sua intervenção depende ainda do funcionário responsável pelos residentes da CAR naquele momento. Isto é, se for um funcionário de quem este goste, auxilia-o a interromper o episódio de violência, pelo contrário, se for um funcionário com o qual não simpatize, não intervém (*“Eu vou ser mesmo sincero, se eu gostar do funcionário eu ajudo, se eu não gostar do funcionário esquece, nem toco, nem separo.”*).

iii. Funcionários (7/12)

A intervenção dos funcionários representa outra das estratégias prevalentes na interrupção da violência.

- *“Praticamente é mais as funcionárias, começam a dizer assim ‘chega chega, já acabou’.”*

- *“Às vezes os funcionários chegam logo e isso, mas eu não me vou meter no meio da conversa deles (...).”*
- *“(...) se não fosse o funcionário eu não ia parar (...).”*

Um dos (pré)adolescentes afirma que a intervenção dos funcionários depende destes (*“(...) depende, uns funcionários intervêm, outros não passam cartão.”*) e outro assevera que um dos fatores que leva a que o funcionário intervenha reside na sua capacidade física de interromper a violência (*“Quando é o funcionário é o que está perto e normalmente é só o F. porque é homem e tem corpo para se meter (...).”*).

iv. Medicamentosa (1/12)

Por vezes, quando os jovens se encontram numa situação de descontrolo, a intervenção dos jovens externos ao conflito e dos funcionários da CAR não é suficiente para interromper a violência. Nessas situações, a estratégia utilizada para que estes se possam acalmar consiste na medicação, isto é, na toma de um comprimido SOS (*“(...) pelo menos quando a pessoa está assim nesse regime que não se consegue controlar toma um comprimido do SOS.”*).

v. Autoridades externas (1/12)

O recurso a autoridades externas, como GNR e/ou Bombeiros é outro dos meios que surgiu nas entrevistas como estratégia de interrupção da violência, quando a própria pessoa mantém alguma dificuldade em acalmar-se (*“(...) pelo menos quando a pessoa está assim nesse regime que não se consegue controlar toma um comprimido de SOS, que é para a pessoa se acalmar. E se não é a GNR, é bombeiros.”*).

O pós-violência

Esta categoria refere-se às consequências dos episódios de violência entre pares e é constituída por diversas subcategorias que divergem entre si pela natureza dos vários acontecimentos que ocorrem no pós-violência: o modo como, após o episódio de violência, os (pré)adolescentes se reconciliam entre si; as consequências emocionais e físicas associadas ao mesmo; e, por último e identificado pela maioria dos jovens, os castigos na CAR pelos quais estes passam, fruto do seu envolvimento em determinada situação de violência, seja ela qual for.

i. Reconciliação (6/12)

Após um episódio de violência entre os jovens, estes referem existir uma reconciliação necessária entre eles (*“(...) porque vai sempre haver aquela parte de nós falarmos alguma coisa, é impossível viver na mesma casa e não dirigir mesmo nenhuma palavra (...).”*). A maioria dos (pré)adolescentes afirma que esta reconciliação ocorre por iniciativa dos mesmos e de forma célere havendo, porém, alguns jovens que mencionam um papel ativo por parte dos funcionários que auxilia nesta reconciliação.

a. Moto próprio (8/12)

Os jovens revelam que, na maioria das vezes, a reconciliação entre eles parte da sua iniciativa.

- “(...) *tipo começamos a falar, ou vamos dar uma coisa a uma pessoa para ficar bem.*”
- “(...) *quando eu fico chateada, ou vou à pessoa e digo assim ‘podes-me pedir desculpa para ficar melhor?’.*”
- “(...) *uma toma iniciativa de ir lá ‘olha posso falar contigo?’ e depois falam-se, vê-se o que é que teve de errado, pede-se desculpa e depois volta-se a falar uns com os outros.*”

b. Iniciativa de outrem (2/12)

Duas das jovens revelam, ainda, que por vezes a reconciliação parte também dos funcionários da CAR, no sentido em que estes utilizam determinadas estratégias para que os (pré)adolescentes retomem o contacto entre si (“*Já aconteceu nas refeições...nós estarmos a comer e não olhar para a cara umas das outras, depois os funcionários dizem que é para resolver-se, até já aconteceu funcionários juntar nós e mais aquela pessoa e meter-nos a falar. Imagine, deixa-nos na sala, fecha a porta e deixa-nos a falar (...).*”).

c. Célere (6/12)

Revelam que, quando se chateiam, esse estado não se prolonga por muito tempo e que, regra geral, voltam a beneficiar de um ambiente saudável entre eles passado pouco tempo de o episódio de violência ter ocorrido. Mencionam que acontece quando pedem desculpa, ou quando começam a dialogar uns com os outros, esquecendo aquilo que anteriormente se tinha passado.

- “(...) *ficamos todas amuadas, mas depois isso passa, não é uma coisa que dure muito tempo, passado um bocado a gente vai lá pedir desculpa e está.*”
- “(...) *Ou então por outra coisa qualquer a gente começa a falar e até esquece o que aconteceu.*”
- “(...) *nós somos muito unidos então tipo, podemos estar sem falar umas horas, mas depois no dia seguinte já estamos a falar bem e que se lixe.*”

ii. Consequências emocionais (7/12)

Nas entrevistas, os jovens referem, ainda, o impacto emocional que os episódios de violência têm em si e o modo como lidam com essas emoções. A emoção que está predominantemente presente na narrativa destes consiste na tristeza, seguida da indiferença e da irritação.

a. Tristeza (7/12)

A maioria dos (pré)adolescentes revelam sentirem-se tristes após os conflitos.

- “(...) *eu fico-me a sentir mal, e depois às vezes até choro (...) às vezes vou para o quarto e fico a chorar sozinha.*”

- “*Mal, sinto-me mal.*”
- “*Ficava triste.*”

b. Irritação (2/12)

Alguns ressaltam que, em determinados casos, esse sentimento de tristeza emerge também associado a um sentimento de irritação. Isto pode ter duas causas: o facto de não terem conseguido evitar a situação (“*Eu sinto que fico triste, fico triste por fazer o erro de chatear, e também fico chateada ao mesmo tempo.*”), ou porque o modo como expressam a tristeza manifesta-se através da irritação (“*(...) por exemplo, eu posso ficar triste por dentro, mas depois posso tipo ficar zangada por fora e posso começar assim a ralhar ou assim, mas eu estou triste à mesma.*”).

c. Indiferença (3/12)

A sensação de que o conflito em que estiveram envolvidos ou a que assistiram não os afetou de forma nenhuma é também um dos sentimentos transmitido pelos jovens nas suas narrativas. Estes afirmam que “*Nunca fiquei triste por causa de uma discussão.*”, “*(...) não liguei e pronto.*”

iii. Consequências físicas (2/12)

Além das consequências emocionais, os jovens relatam também algumas consequências físicas dos episódios de violência entre si.

a. Lesão (2/12)

Dois dos jovens mencionam as lesões físicas como consequência da violência entre pares (“*Ficou com o olho todo negro.*”, “*(...) ele começou a sangrar.*”).

iv. Castigos na CAR (8/12)

Após um episódio de violência entre pares, a maioria dos jovens afirmam que as consequências mais comuns consistem nos castigos que estes têm na CAR. Estes castigos variam consoante a CAR, mas todos têm por base os mesmos princípios: privarem ou limitarem o tempo que os jovens podem usufruir de bens que estes valorizam, realizar uma maior quantidade de tarefas de limpeza na CAR e a obrigatoriedade de permanecerem no quarto. Há duas jovens que indicam, ainda, a existência de castigos coletivos, isto é, castigos que envolvem todos os residentes da CAR por confusões em que os mesmos se tenham envolvido (“*(...) levámos um castigo coletivo por causa de confusões.*”).

a. Maior carga de tarefas de limpezas (6/12)

Uma maior carga de tarefas de limpeza é uma das consequências mais comuns do envolvimento dos (pré)adolescentes em situações de violência entre pares.

- “*(...) é meter a mesa, lavar a louça e assim.*”
- “*(...) limpar a casa de banho.*”

b. Privação do uso de bens eletrônicos que os jovens valorizam (6/12)

A privação do uso do telemóvel e/ou da televisão constitui também um dos castigos mais comuns que os jovens apontam como consequência do seu envolvimento em situações de violência entre pares.

- *“Pode ser por exemplo uma semana sem telemóvel, sem a PS, sem pc, muitas coisas.”*
- *“Tipo não podemos ir ver televisão, não podemos ter telemóveis.”*

c. Permanência no quarto (4/12)

Nas narrativas dos jovens, a obrigatoriedade de permanência no quarto surge como uma consequência imediata para os (pré)adolescentes que se envolvem em episódios de violência dentro da CAR (*“(…) metem-nos de castigo para o quarto ou assim.”*).

d. Alterações à mesada/semanada (2/12)

Na CAR, os jovens recebem uma mesada ou uma semanada para poderem usufruir naquilo que quiserem (a maioria afirma que utiliza esse dinheiro para comprar comida – doces). A mesada/semanada é-lhes reduzida ou suspensa quando se envolvem em algum tipo de conflito.

- *“(…) depois não recebemos mesada.”*
- *“(…) quem se porta mal recebe menos.”*

e. Permanência no WC com a luz apagada (1/12)

Esta subcategoria surgiu na narrativa de um dos jovens entrevistados. Este refere que os (pré)adolescentes mais novos da CAR são obrigados a permanecer dentro do wc com a luz apagada, aludindo ao medo que estes têm do escuro (*“(…) ou ir para a casa de banho às escuras. Como eles são miúdos eles têm esse tipo de medos (…).”*).

Fatores de proteção

Nas narrativas dos (pré)adolescentes surgiram, ainda, como fatores de proteção, a maior intimidade dos jovens e a fratria. Estes afirmam que o facto de serem colegas de quarto diminui a probabilidade de se envolverem em episódios de violência entre si (*“Com o rapaz do meu quarto nunca, nunca aconteceu.”*; *“Por exemplo, eu nunca tive uma discussão com o L.”*). Referem também que a fratria está positivamente correlacionada com a proteção, isto é, tendem a proteger sempre os seus irmãos aquando de episódios de violência entre pares (*“A miúda de 10 anos tenta sempre proteger o irmão.”*; *“Se for com o meu irmão, seja como for, eu meto-me mesmo, mesmo que esteja porrada ou não, eu meto-me.”*).

VI – Discussão

O presente estudo teve como principal objetivo compreender se existem e como se manifestam narrativas de violência entre pares em contexto de acolhimento residencial.

Através da análise das entrevistas baseada num processo *bottom-up* da *Grounded Theory*, é perceptível que a violência entre pares é, efetivamente, uma realidade em contexto de acolhimento residencial, o que converge com as investigações de autores como Barter et al. (2004), Sekol (2016) e Mazzone et al. (2017) que analisaram a vitimação a que estão expostas crianças e jovens, por parte dos pares que consigo coabitam. Pode compreender-se que a vida diária num grupo tão grande como acontece nas CAR, frequentemente caracterizadas por uma mistura inadequada de jovens com diferentes idades a residirem no mesmo espaço (Sekol et al., 2022), torna a ocorrência de episódios de violência entre pares inevitável e até expectável por parte dos residentes (“*Mas eu até, por um lado, entendo, porque estamos muito tempo juntos na mesma casa... pronto, há sempre aquela coisa de picar por coisas mínimas.*”). No mesmo sentido, Sekol e Farrington (2016a), na sua investigação, concluíram que os residentes que se posicionavam como agressores consideravam a violência e o *bullying* em acolhimento residencial como uma realidade que fazia, inevitavelmente, parte do funcionamento das CAR.

A designação de “Episódios de violência aleatória” emergiu da perceção dos jovens de que o ambiente vivenciado na CAR é marcado por um clima de convívio em que estes se dão bem, concomitante com episódios de violência aleatória entre pares (“*(...) às vezes está tudo bem e tipo... logo na hora pode tipo haver uma confusão de todo o tamanho.*”). Segundo Barter (2011) a violência entre pares consiste numa categoria ampla que inclui todas as formas de intimidação e de violência, seja física, emocional ou sexual. Os episódios de violência entre pares são caracterizados, pela maioria dos jovens, como sendo frequentes, existindo, porém, cinco dos inquiridos que indicam que estes ocorrem com pouca frequência. A variedade que se verifica nas narrativas dos jovens relativamente à frequência dos episódios de violência, verifica-se analogamente nos motivos subjacentes à mesma e na caracterização dos seus intervenientes em termos de idade e de género. Esta difusão nos relatos dos (pré)adolescentes, perceptível na pouca saturação que houve das categorias, reflete-se numa ausência de padrão dos episódios de violência entre pares. Essa ausência de padrão contribui para identificar o carácter de aleatoriedade característico destes episódios.

Aquilo que traz consistência à teoria que emerge da análise dos dados consiste na saturação das categorias (Nobre Lima & Ferro, 2014). Na presente análise, as categorias que mais saturaram refletem o modo como a violência ocorre (violência verbal e violência física), o que confirma, efetivamente, a violência como uma realidade do contexto de acolhimento residencial.

Uma das principais conclusões do presente estudo reside na escalada dos episódios de violência para diferentes níveis, ficando mais graves e intensos a cada um deles. A violência verbal, identificada por todos os jovens como sendo uma realidade da CAR, constitui o primeiro patamar de um episódio de

violência entre pares. Esta traduz-se em comportamentos como insultos, gritos, chantagem e *teasing*, este último o mais comum. De acordo com Storch et al. (2004) o *teasing* consiste numa forma particular de vitimação entre pares, caracterizado por persistentes provocações relacionadas com aspetos pessoais ou sociais, como a aparência, o desempenho, a realização académica, o histórico familiar e o comportamento social. No presente estudo, o *teasing* surge como uma forma de troça, de gozo (“Às vezes eles gozam e isso (...)”) e como uma forma provocatória de tecer comentários sobre os outros, as vulgarmente designadas de “bocas”.

Os patamares seguintes para os quais um episódio de violência entre pares escala residem na violência desviada, no ato de surripiar bens aos pares e na violência física contra os pares. Destes três tipos de violência, o menos grave, por não implicar prejuízo para o outro, consiste na violência desviada. Esta reflete uma intenção clara de evitar a agressão direta ao outro. O patamar seguinte dos episódios de violência consiste no ato de surripiar bens aos pares, um tipo de violência indireta com um certo carácter de passivo-agressividade. Uma das (pré)adolescentes afirma-o, referindo que a própria já o fez e que se sentiu “triste” com isso. Este resultado vai ao encontro das investigações de Sekol e Farrington (2009, 2016a) que afirmam que, por vezes, o objetivo dos jovens pode não ser causar dano ao outro, mas sim, por exemplo, ser orientado para a obtenção de bens materiais. O último patamar, isto é, o mais grave e identificado por todos os jovens consiste na violência física contra os pares. Este tipo de violência passa também por diversos patamares até culminar no mais grave, o “lutar”. Os inquiridos indicam que o primeiro ato na escalada da violência física consiste em “empurrar” o outro, ou bofeteá-lo, resultando numa “luta” entre os jovens. Esta “luta” pode ter diferentes manifestações, com o denominador comum de que consiste num confronto físico direto entre duas ou mais pessoas (“*soco*”, “*pontapés*” e “*puxões de cabelos*”). O facto de esta ter sido uma das categorias identificadas por mais jovens (9/12), reflete a gravidade das situações de violência entre pares que ocorrem no contexto do acolhimento residencial. É, ainda, interessante analisar que nas narrativas de seis dos jovens entrevistados surgiram situações de violência física, que não se inserem na “luta”, por não implicarem um contacto físico direto entre pares, mas que são percecionadas como igualmente graves (e.g. “*atirar facas*”; “*deu-me com um copo na cabeça*”).

A violência física entre pares, na narrativa de um dos jovens, surge associada a um carácter de inevitabilidade (“*Ele é que me foi lá provocar, eu estava sossegado no meu canto...então depois eu levantei-me e olhe... tive que lhe dar o soco para se ir embora.*”), o que pode contribuir para a manutenção de um ciclo de violência. Este carácter de inevitabilidade é convergente com as conclusões de Barter et al. (2004), que afirma que os jovens sentem que os conflitos decorrentes da vivência em acolhimento residencial são inevitáveis e de Barter (2003) que menciona também que, na perspetiva dos jovens, o recurso à violência é justificado pela provocação que lhes é dirigida.

Apesar desta inevitabilidade, no presente estudo os jovens indicaram mecanismos de autorregulação essenciais na interrupção dos episódios de violência entre pares, como distanciarem-se da situação ou procurarem suporte junto de algum residente em quem confiem. Estes resultados corroboram os de Barter et al. (2004) que afirmaram que, como forma de evitar o conflito, os jovens

optavam por ignorar o problema, distanciando-se do agressor ou não interagindo de modo nenhum com os pares que consigo coabitavam.

No que concerne aos motivos que estão na base dos episódios de violência são tanto intrínsecos, como extrínsecos. Como motivos intrínsecos, os jovens indicam a desregulação, afirmando que, por vezes, os (pré)adolescentes “*descompensam*”, entrando num estado de descontrolo emocional e comportamental tal que os leva a agir de forma impulsiva e violenta (“*fazer porcaria*”, “*a partir vidros e janelas*”). Este comportamento ocorre sobretudo com os jovens mais velhos da CAR, facto convergente com a investigação de Sekol et al. (2022) que afirmam que quanto maior a idade dos jovens, mais elevados são os seus níveis de impulsividade. No respeitante aos motivos extrínsecos, sabe-se que em contexto de acolhimento residencial existem normas que têm, obrigatoriamente, que ser respeitadas por todos os jovens. Nessas normas, incluem-se uma divisão igualitária de bens por todos, bem como a divisão de espaços. A divisão de espaços pessoais, nomeadamente do quarto, pode constituir um grande desafio, sobretudo para os adolescentes, que passam nesta fase por mudanças a nível físico, intelectual e emocional e que privilegiam, cada vez mais, o seu espaço e a sua privacidade. Os (pré)adolescentes revelam, ainda, que atribuem, frequentemente, a culpa dos seus atos aos seus pares. Estes resultados convergem com as conclusões de Loos et al. (1999), que afirmam que o sentimento de culpa experienciado por jovens institucionalizados que, muitas vezes, foram expostos a situações de maltrato nas suas famílias de origem, não decorre da intenção por trás das suas ações, mas sim das consequências resultantes de tais ações. Coloca-se, então, por hipótese, que uma das razões pelas quais os jovens em acolhimento residencial atribuam a culpa dos seus atos aos seus pares reside no facto de tentarem evitar que as consequências recaiam sobre si.

Alguns dos jovens entrevistados relatam que, aquando da ocorrência de um conflito, tendem a aliar-se aos colegas do seu grupo de pares, defendendo-os e envolvendo-se também numa discussão que, até aí, podia não ser sua, o que contribuiu para outro dos fatores preponderantes da violência entre pares neste contexto - o alastrar do conflito para os restantes residentes da CAR (“*Depois vai os amigos de um ajudar esse, depois vai os amigos do outro ajudar o outro.*”, “*(...) ou uma junta-se a um lado, outra junta-se a outro e acho que é assim entre todas.*”). Tal seria expectável neste contexto, uma vez que, à medida que se verifica um aumento do número de jovens num determinado contexto, aumenta também a probabilidade de existirem mais (pré)adolescentes “disponíveis” a envolverem-se em episódios de violência. Estes resultados vão ao encontro da investigação de Sekol e Farrington (2016a) que destaca a perceção de apoio por parte dos pares como um dos fatores que tem uma influência mais significativa nas experiências de violência e de vitimação em contexto de acolhimento residencial. Além disso, Hodges et al. (1997) revelam, entre outras formas de proteção dos (pré)adolescentes associadas ao apoio dos pares, que a quantidade de amigos que um sujeito possui pode levar o agressor a temer que estes o defendam.

No que concerne à interrupção da violência, os jovens revelam, além da autorregulação, a heteroregulação como um fator fundamental e preponderante. A saturação desta categoria reflete a necessidade de sujeitos externos ao conflito para que os episódios de violência entre pares sejam

interrompidos. Estes resultados convergem com os da investigação de Barter et al. (2004) que aponta a vigilância da equipa educativa para com os (pré)adolescentes como um fator com significativa influência na probabilidade e na gravidade da violência, na medida em que esta é tanto mais grave, quanto mais reduzida for a vigilância.

As narrativas dos (pré)adolescentes, no que concerne à caracterização dos intervenientes nos episódios de violência, a nível da faixa etária e do género, são bastante difusas. Alguns relatam que os episódios de violência ocorrem, sobretudo, entre jovens com idades próximas (seja entre os mais velhos, ou entre os mais novos), outros afirmam que ocorrem dos mais velhos para com os mais novos e outros referem que acontece o oposto. Em termos do género dos intervenientes, um dos (pré)adolescentes relata que a violência ocorre entre jovens do mesmo género e outro relata o oposto. Três dos inquiridos afirmam que, entre o género feminino, verifica-se, com maior frequência, violência verbal, pelo contrário, outro jovem refere que se verifica mais frequentemente violência física. A dispersão tanto a nível da idade, como a nível do género dos intervenientes nos episódios de violência evidencia a aleatoriedade com que estes ocorrem.

Um número relevante de investigações (e.g. Parkin & Green, 1997; Barter, 2003; Barter et al., 2004; Gibs & Sinclair, 2000) acerca da violência e do *bullying* em contexto de acolhimento residencial apontam a hierarquia de pares como um dos principais fatores que influencia a violência entre os residentes. Esta hierarquia consiste no exercício de poder e influência dos jovens sobre os pares que consigo coabitam, através da força física ou da manipulação (Parkin & Green, 1997). No presente estudo, não emergiram dados que sejam ilustrativos desta realidade. Ainda que tenha havido alguns (pré)adolescentes a referirem a existência de episódios de violência que ocorrem dos mais velhos para com os mais novos, nomeadamente a chantagem que os jovens exercem sobre os (pré)adolescentes mais novos, no sentido de tentarem controlá-los ou de manter o secretismo dos episódios de violência, ocultando-os à equipa técnica/educativa, nada emergiu que colocasse estes jovens como figuras de autoridade numa hierarquia que, de certo modo, “consente” a violência.

Nas entrevistas com os (pré)adolescentes, explorar a dupla experiência de vitimação e agressão no contexto da violência entre pares verificou-se complexo. A maioria afirmou ter já experienciado tanto o papel de vítima, como de agressor, existindo, porém, quatro jovens que referiram terem experienciado somente o papel de vítima. Particularmente quando o tema incidia sobre as suas próprias experiências, os jovens ficavam um pouco mais retraídos no seu discurso, abordando com mais fluidez os episódios de violência entre pares no geral do que especificamente em relação a si. A ausência de dados que sejam ilustrativos da hierarquia de pares nas dinâmicas dos jovens do presente estudo pode explicar o facto da dupla experiência de vitimação/agressão ter sido a mais comum nas narrativas dos (pré)adolescentes. Da mesma forma, a ausência de um padrão e a conseqüente aleatoriedade dos intervenientes nos episódios de violência entre pares pode tornar compreensível que, ocasionalmente, agressores possam assumir o papel de vítima e vice-versa. Estes resultados corroboram a investigação de Sekol et al. (2022), que aponta que a experiência simultânea de agressor e vítima é a mais frequente, devendo-se esta

sobreposição a uma interação dinâmica entre os agressores e as vítimas no contexto de acolhimento residencial e ao ambiente físico e social da CAR.

Se é expectável que a violência entre pares constitua uma realidade em contexto de acolhimento residencial, é-o também que desta violência decorram consequências para os jovens. Estas consequências podem ser emocionais ou físicas, sendo a tristeza a emoção mais identificada pelos inquiridos. Tal evidencia a perceção dos (pré)adolescentes de que os episódios de violência têm, realmente, um impacto negativo em si e na sua vivência na CAR. Além destas consequências, as mais identificadas pelos jovens consistiram nos castigos na CAR (e.g. maior carga de tarefas de limpeza, privação do uso de bens que estes valorizam, permanência no quarto). Os (pré)adolescentes percecionam estes castigos como um fator que, de certo modo, desencoraja a violência entre pares, uma vez que, pela sua previsibilidade (Ferreira, 2017), os jovens antecipam-nos aquando dos seus atos, evitando a sua ocorrência. Os (pré)adolescentes afirmam que se encontram em ambientes em que têm, necessariamente, que manter o diálogo entre eles, decorrente da condição de estarem todos juntos na mesma casa. A condição em que se encontram leva a que a reconciliação entre estes, após episódios de violência entre si, seja célere e que ocorra, sobretudo, por iniciativa dos mesmos.

Com esta análise compreendeu-se que os episódios de violência entre pares são uma realidade com um impacto negativo nos jovens e na sua vivência em acolhimento residencial. A não saturação da grande maioria das categorias e a ausência de um padrão dos episódios de violência entre pares levam a percecionar a ocorrência dos mesmos como aleatória, diferindo de CAR para CAR nos motivos subjacentes à violência, nos intervenientes e na frequência com que esta ocorre.

Contudo, como qualquer investigação, o presente estudo apresenta também algumas limitações. Dado tratar-se de entrevistas semiestruturadas que abordam temas potencialmente sensíveis com os (pré)adolescentes, existem alguns riscos inerentes ao próprio processo de recolha de dados que devem ser tidos em consideração. Aquando das entrevistas, alguns jovens demonstraram uma certa relutância em abordar o seu relacionamento com os pares que consigo coabitam, sobretudo quando as questões eram direcionadas especificamente para possíveis narrativas de violência. Ainda que tenha sido referido no início que a entrevista era totalmente confidencial, muitos (pré)adolescentes, no decorrer da mesma, demonstraram preocupação com aquilo que diziam, sobretudo em momentos em que falavam de níveis mais graves de violência entre pares, questionando diversas vezes se era garantido que aquilo que contassem nunca seria do conhecimento dos funcionários e/ou técnicos da CAR. Esta relutância dos jovens foi visível pela alteração do seu comportamento não verbal, mostrando-se mais hesitantes nas suas respostas e apresentando algumas contradições no seu discurso (e.g. negarem a existência de violência na CAR e, seguidamente, referirem que são colocados de castigo quando se envolvem em episódios de violência com os pares na CAR). Salvaguarda-se que na maioria das entrevistas se considera que os (pré)adolescentes foram sinceros no seu discurso, porém coloca-se a hipótese de que aquilo que transmitiram nas suas narrativas não reflita toda a realidade da violência que pode ocorrer em acolhimento residencial. Que este fenómeno tenha sido, de algum modo, amenizado com receio de que aquilo que relevassem pudesse ser percecionado como uma denúncia com implicações negativas

para si ou para a CAR onde residem. Embora a maioria dos inquiridos refira que prefere viver na sua própria casa, dizem gostar de viver na CAR por terem boas condições de vida e por se sentirem seguros. Posto isto, crê-se que estes não queiram, a qualquer custo, colocar o (bom) funcionamento da CAR em causa, podendo esta proteção ser considerada como expectável, baseando-nos na suposição de que estes jovens querem proteger o, provavelmente, único local onde se sentem também protegidos. Apesar desta percepção, acredita-se que os resultados obtidos são seguros e fidedignos, embora possam não descrever toda a realidade deste fenómeno neste contexto.

Salienta-se, ainda, a dificuldade que houve em que as CAR colaborassem para a realização das 12 entrevistas que compõem o presente estudo. A resistência por parte das CAR pode decorrer de diversos motivos: a saturação destas relativamente à investigação acerca da realidade do acolhimento residencial; o receio das CAR dada a natureza dos temas que se pretendiam explorar na presente dissertação. Exploraram-se temas que podem expor dinâmicas menos funcionais das CAR e que levam a que estas tenham as implicações negativas que daí possam advir. Tal pode ter levado a que as CAR tivessem resistido em colaborar.

Como forma de colmatar esta limitação, sugere-se que, em investigações futuras, seja dada também voz a jovens que tenham saído do acolhimento residencial há menos de um ano. Estes saberão, tão bem como os atuais residentes, as dinâmicas de violência que ocorrem entre os (pré)adolescentes dentro da CAR e, à partida, não terão o sentimento, ou até o dever, de protegerem a CAR e a si próprios como aqueles que ainda lá residem.

VII – Conclusão

O principal objetivo da presente investigação consistiu em perceber se existem e como se manifestam narrativas de violência entre pares em contexto de acolhimento residencial. Os resultados revelam que, efetivamente, a violência entre pares é uma realidade com um impacto significativo neste contexto, o que corrobora as investigações já realizadas nesta área (Barter et al., 2004; Khoury-Kassabri & Attar-Schwartz, 2014; Sekol & Farrington, 2016a, 2016b). Viver em Casas de Acolhimento Residencial é um desafio para os (pré)adolescentes a todos os níveis e comportamentos violentos entre pares podem ser uma realidade com a qual os jovens tenham que lidar diariamente. Os episódios de violência entre pares podem manifestar-se de diversas formas. Tendo em consideração as narrativas dos (pré)adolescente, estes iniciam, sobretudo, pela violência verbal e culminam na violência física contra os pares, com consequências emocionais e físicas para os intervenientes. Os episódios de violência entre pares caracterizam-se, ainda, por ocorrerem de forma aleatória. Esta aleatoriedade reflete-se na ausência de padrão a nível da idade e do género dos intervenientes na violência, dos motivos subjacentes a estes episódios e da frequência com que ocorrem.

A violência consiste num fenómeno indesejável em qualquer contexto. Experiências passadas potencialmente comprometedoras do funcionamento psicológico e social dos (pré)adolescentes que se encontram em acolhimento residencial (Sousa, 2015), tendem a levar a que, muitas vezes, estes não consigam encontrar estratégias adaptativas para lidar com os conflitos. Este fator, aliado à heterogeneidade dos grupos de residentes em termos de idade e de género, à constante interação grupal e à convivência diária e inevitável, em que os (pré)adolescentes estão em permanente contacto uns com os outros, pode traduzir-se em episódios de violência entre pares.

As CAR devem proporcionar ambientes acolhedores, confortáveis e familiares, promovendo o bem-estar e conforto emocional dos jovens. Recomenda-se que sejam compostas por grupos de pequenas dimensões e homogêneos, em que a diferença de idades não permita contribuir para a hierarquia de pares, realidade documentada por algumas investigações neste âmbito (e.g. Parkin & Green, 1997; Barter et al., 2004). A supervisão por parte dos funcionários, sobretudo na tentativa de controlar a violência entre pares, é fundamental neste contexto, bem como a necessidade de a equipa técnica/educativa encontrar estratégias adaptativas para lidar com essa problemática e para trabalhá-la junto dos jovens. Para isto, é essencial que se invista na formação dos profissionais que atuam neste contexto.

A não saturação das categorias que emergiu da presente análise pode refletir diferentes dinâmicas organizacionais das CAR. A existência, por parte destas, de diferentes estratégias identificadas pelos jovens que desencorajam a violência entre pares, ou pelo contrário, a forma como algumas regras tendem a contribuir para a ocorrência de episódios de violência (“(...) *Quando eu pedi para ir para o pavilhão fazer exercício [e não lhe foi permitido] ... só me apetecia partir tudo e não sei*

o quê e óbvio que se eu estava chateado a malta à minha volta também ia estar, óbvio.”) constituem fatores sobre os quais se deve refletir e que merecem ser discutidos junto das Casas de Acolhimento.

Esta investigação oferece uma visão geral das narrativas de violência entre pares em contexto de acolhimento residencial, destacando a necessidade de intervenções eficazes na gestão destes conflitos e na sua prevenção. Pretende-se, com os resultados obtidos, contribuir para a implementação de estratégias que permitam reduzir e até eliminar a violência entre pares e substituir os comportamentos agressivos por comportamentos pró-sociais, contribuindo assim para estimular o bem-estar dos (pré)adolescentes que se encontram a residir em casas de acolhimento. O Grupo CID – “Crianças, Idosos, Deficientes – Cidadania, Instituições e Direitos” – divulgou o Manual de Boas Práticas, um guia para o acolhimento residencial de crianças e jovens, direcionado a dirigentes, profissionais, crianças, jovens e famílias. Este manual procura definir e disseminar boas práticas para o provimento de “um meio familiar alternativo adequado”, focando-se também na formação e competência humana e profissional de todos aqueles que trabalham no contexto do acolhimento residencial ou que com ele lidam. À semelhança desta iniciativa, é fundamental que se promovam encontros entre Casas de Acolhimento Residencial para a discussão e partilha de boas práticas. Estes encontros terão uma contribuição fundamental na melhoria da qualidade dos serviços e na promoção de aprendizagens mútuas entre as instituições. Os resultados de estudos que, à semelhança deste, abordem temáticas relacionadas com o acolhimento residencial, devem também ser apresentados às CAR em conferências promovidas, por exemplo, pelo Instituto da Segurança Social (organismo responsável pela execução e coordenação das políticas de segurança social em Portugal, o que inclui a supervisão das instituições de acolhimento), para que esta seja uma realidade conhecida por todos os que atuam neste contexto e para que, em conjunto, se encontrem estratégias para lidar, diminuir e eliminar a violência entre pares em contexto de acolhimento residencial.

Referências

- Almeida, A. N. (2019). *O bullying em contexto de acolhimento residencial* [Dissertação de mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19367>
- Attar-Schwartz, S., & Khoury-Kassabri, M. (2015). Indirect and verbal victimization by peers among at-risk youth in residential care. *Child Abuse & Neglect*, 42, 84–98. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.12.007>
- Barter, C. (2003). Young people in residential care talk about peer violence. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 2(2), 39–50. <https://doi.org/10.17868/strath.00086287>
- Barter, C., Renold, E., Berridge, D., & Cawson, P. (2004). *Peer Violence in Children's Residential Care*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230005617>
- Barter, C. (2011). Peer violence in residential children's homes: A unique experience. In C. Monks & I. Coyne (Eds.), *Bullying in Different Contexts* (pp. 61-86). Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511921018.004>
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau*, 11(3), 23-38. <https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/768>
- Bryant, A. (2017). *Grounded Theory and Grounded Theorizing: Pragmatism in Research Practice*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199922604.001.0001>
- Cambridge Dictionary. (2023). *Cambridge University Press & Assessment*. Acedido em 12 de Agosto de 2023 de <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/tease>
- Carmo, R. A. B. N. (2013). *Relações entre Crianças e Jovens em Instituições de Acolhimento* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/6550>
- Charmaz, K. (2014). *Constructing Grounded Theory* (2nd ed). Sage.
- Charmaz, K., & Thornberg, R. (2021). The pursuit of quality in grounded theory. *Qualitative Research in Psychology*, 18(3), 305–327. <https://doi.org/10.1080/14780887.2020.1780357>
- Chase, S. E. (2003). Learning to listen: Narrative principles in a qualitative research methods course. In R. Josselson, A. Lieblich, & D. P. McAdams (Eds.), *Up Close and Personal: The Teaching and Learning of Narrative Research*. (pp. 79–99). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10486-005>
- Corbin, J. M., & Strauss, A. (1990). Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, 13(1), 3–21. <https://doi.org/10.1007/BF00988593>

- Craig, W. M., & Pepler, D. J. (1998). Observations of Bullying and Victimization in the School Yard. *Canadian Journal of School Psychology*, 13(2), 41–59. <https://doi.org/10.1177/082957359801300205>
- Ellonen, N., & Pösö, T. (2011). Violence Experiences in Care: Some Methodological Remarks based on the Finnish Child Victim Survey. *Child Abuse Review*, 20(3), 197–212. <https://doi.org/10.1002/car.1181>
- Ferreira, R. C. C. (2017). *A Casa de Acolhimento onde Eu vivo: Narrativas de Crianças e Jovens sob Medida de Acolhimento Residencial* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/24836>
- Gearing, R. E., MacKenzie, M. J., Schwalbe, C. S., Brewer, K. B., & Ibrahim, R. W. (2013). Prevalence of Mental Health and Behavioral Problems Among Adolescents in Institutional Care in Jordan. *Psychiatric Services*, 64(2), 196–200. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.201200093>
- Gibbs, I., & Sinclair, I. (2000). Bullying, Sexual Harassment and Happiness in Residential Children's Homes. *Child Abuse Review*, 9(4), 247–256. [https://psycnet.apa.org/doi/10.1002/1099-0852\(200007/08\)9:4%3C247::AID-CAR619%3E3.0.CO;2-Q](https://psycnet.apa.org/doi/10.1002/1099-0852(200007/08)9:4%3C247::AID-CAR619%3E3.0.CO;2-Q)
- Glaser, B., & Strauss, A. (1999). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203793206>
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social; CID- Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos; César, M. (Colaboradora). (2006). *Manual de boas práticas: Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens: Para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Instituto da Segurança Social.
- Henwood, K., & Pidgeon, N. (2003). Grounded Theory in Psychological Research. In P. M. Camic, J. E. Rhodes, & L. Yardley (Eds.), *Qualitative Research in Psychology: Expanding Perspectives in Methodology and Design* (pp. 131–155). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10595-008>
- Hodges, E. V. E., Malone, M. J., & Perry, D. G. (1997). Individual Risk and Social Risk as Interacting Determinants of Victimization in the Peer Group. *Developmental Psychology*, 33(6), 1032–1039. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.33.6.1032>
- Infopédia. (2023). *Infopédia Dicionários Porto Editora*. Acedido em 12 de Agosto de 2023 de <http://www.infopedia.pt/dicionarios/ingles-portugues/tease>
- Johnson, R., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2006). Young Children in Institutional Care at Risk of Harm. *Trauma, Violence, & Abuse*, 7(1), 34–60. <https://doi.org/10.1177/1524838005283696>
- Kendrick, A. (2010). Peer Violence in Provision for Children in Care. In C. Barter, D. Berridge (Eds.),

- Children Behaving Badly? Peer Violence between Children and Young People* (pp. 71–84). John Wiley & Sons Ltd. <https://doi.org/10.1002/9780470976586.ch6>
- Khoury-Kassabri, M., & Attar-Schwartz, S. (2014). Adolescents' Reports of Physical Violence by Peers in Residential Care Settings: An Ecological Examination. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(4), 659–682. <https://doi.org/10.1177/0886260513505208>
- Lisboa, C. S. M. (2005). *Comportamento agressivo, vitimização e relações de amizade de crianças em idade escolar: fatores de risco e proteção* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital Lume. <http://hdl.handle.net/10183/6875>
- Lisboa, C., Braga, L. L., & Ebert, G. (2009). O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. *Contextos Clínicos*, 2(1), 59–71. <https://doi.org/10.4013/ctc.2009.21.07>
- Loos, H., Ferreira, S. P. A., & Vasconcelos, F. C. (1999). Julgamento moral: estudo comparativo entre crianças institucionalizadas e crianças de comunidade de baixa renda com relação à emergência do sentimento de culpa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 47–70. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000100004>
- Lopes, S. M. de A. F. (2017). *Um Novo Olhar sobre o Acolhimento Residencial - A Realidade das Casas de Acolhimento no Distrito de Santarém* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório Aberto do Instituto Superior Miguel Torga. <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/733>
- Martins, P. C. (2005). *O Desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade* [Comunicação oral]. Encontro Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação, Porto. <https://hdl.handle.net/1822/6750>
- Matos, M. G., Simões, C., Gaspar, T., Ferreira, M., Tomé, G., Gonçalves, S., Reis, M., & Camacho, I. (2009). Violência entre pares no contexto escolar em Portugal, nos últimos 10 anos. *Interações*, 5(13), 98–124. <http://hdl.handle.net/10400.15/349>
- Mazzone, A., Nocentini, A., & Menesini, E. (2017). Bullying and peer violence among children and adolescents in residential care settings: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 38, 101–112. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.12.004>
- Nobre Lima, L. (2009). *Estórias e Projetos de Vida de Adolescentes Institucionalizados*. [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Nobre Lima, L., & Ferro, M. J. (2014). *Grounded Theory: Uma Metodologia Qualitativa de Investigação*. Manual Pedagógico de Apoio ao Seminário de Investigação. Universidade de Coimbra.

- Nogueira, R. M. C. P. A. (2005). A prática de violência entre pares: o bullying nas escolas. *Revista Iberoamericana de Educación*, 37(37), 93–102. <https://doi.org/10.35362/rie370853>
- Paiva, W. S. M. (2012). *Institucionalização e Infância: vivências e representações das crianças* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/20917>
- Parkin, W., & Green, L. (1997). Cultures of Abuse Within Residential Child Care. *Early Child Development and Care*, 133(1), 73–86. <https://doi.org/10.1080/0300443971330106>
- Pinto, M. R., & Santos, L. L. S. (2012). A Grounded Theory como Abordagem Metodológica: Relatos de uma Experiência de campo. *Organizações & Sociedade*, 19(62), 417-436. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302012000300003>
- Price, J. M., & Brew, V. (1998). Peer relationships of foster children: Developmental and mental health service implications. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 19(2), 199–218. [https://doi.org/10.1016/S0193-3973\(99\)80036-7](https://doi.org/10.1016/S0193-3973(99)80036-7)
- Rigby, K. (2003). Consequences of Bullying in Schools. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 48(9), 583–590. <https://doi.org/10.1177/070674370304800904>
- Ryan, J. P., Marshall, J. M., Herz, D., & Hernandez, P. M. (2008). Juvenile delinquency in child welfare: Investigating group home effects. *Children and Youth Services Review*, 30(9), 1088–1099. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2008.02.004>
- Sainero, A., Bravo, A., & del Valle, J. F. (2014). Examining Needs and Referrals to Mental Health Services for Children in Residential Care in Spain: An Empirical Study in an Autonomous Community. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 22(1), 16–26. <https://doi.org/10.1177/1063426612470517>
- Santos, A. F., Jesus, G. G., & Battisti, I. K. (2021, outubro 26-29). *Entrevista semi-estruturada: considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisas com abordagem qualitativa* [Apresentação de artigo]. XXIX Seminário de Iniciação Científica, Salão do Conhecimento Unijuí. <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/20805>
- Santos, R. M. (2012). Bullying aleatório. *Educação Unisinos*, 16(2), 152–160. <https://doi.org/10.4013/edu.2012.162.07>
- Segura, A., Pereda, N., Guilera, G., & Abad, J. (2016). Poly-victimization and psychopathology among Spanish adolescents in residential care. *Child Abuse & Neglect*, 55, 40–51. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.03.009>
- Sekol, I. (2013). Peer violence in adolescent residential care: A qualitative examination of contextual and peer factors. *Children and Youth Services Review*, 35(12), 1901–1912. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2013.09.006>

- Sekol, I. (2016). Bullying in Adolescent Residential Care: The Influence of the Physical and Social Residential Care Environment. *Child & Youth Care Forum*, 45(3), 409–431. <https://doi.org/10.1007/s10566-015-9336-8>
- Sekol, I., & Farrington, D. P. (2009). The Nature and Prevalence of Bullying among Boys and Girls in Croatian Care Institutions: A Descriptive Analysis of Children’s Homes and Correctional Homes. *Kriminologija & Socijalna Integracija*, 17(2), 15–34. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-284293>
- Sekol, I., & Farrington, D. P. (2016a). Personal characteristics of bullying victims in residential care for youth. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 8(2), 99–113. <https://doi.org/10.1108/JACPR-11-2015-0198>
- Sekol, I., & Farrington, D. P. (2016b). Psychological and background correlates of bullying in adolescent residential care. *Journal of Social Work*, 16(4), 429–452. <https://doi.org/10.1177/1468017315581530>
- Sekol, I., & Farrington, D. P. (2020). Staff Reports of Bullying and Intervention Strategies in Croatian Care and Correctional Institutions for Youth. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 64(4), 417–440. <https://doi.org/10.1177/0306624X19882833>
- Sekol, I., Farrington, D. P., & Ireland, J. L. (2022). Towards an Integrative Theory of Bullying in Residential Care for Youth. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(9), 5166–5183. <https://doi.org/10.3390/ijerph19095166>
- Silvestre, M. J., Fialho, I., & Saragoça, J. (2014). Da palavra à construção de conhecimento. Meta-avaliação de um Guião de Entrevista semi-estruturada. In A. P. Costa, L. P. Reis, F. N. Souza & R. Luengo (Eds). *Libro de Actas de 3º Congreso Ibero-Americano en Investigación Cualitativa, Vol. 3: Artículos de Ciencias Sociales* (pp.321-330). Ludomedia. <http://hdl.handle.net/10174/11277>
- Smith, P. K., & Sharp, S. (2003). *School Bullying: insights and perspectives*. (2nd Ed.). Taylor & Francis e-Library.
- Sousa, R. E. P. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/31190>
- Stern, P.N., & Porr, C. (2011). *Essentials of accessible grounded theory*. Left Coast Press.
- Storch, E. A., Roth, D. A., Coles, M. E., Heimberg, R. G., Bravata, E. A., & Moser, J. (2004). The measurement and impact of childhood teasing in a sample of young adults. *Journal of Anxiety Disorders*, 18(5), 681- 694. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2003.09.003>
- Winnicott, D. W. (2002). *Privação e Delinquência* (3ª Ed.). Martins Fontes.

Anexos

Anexo I

Guião da Entrevista

1. Como é o ambiente aqui nesta Casa?
2. E especificamente entre os jovens, como é o ambiente entre vós?
3. Gostas de aqui viver?
4. Aqui na Casa, quem são os teus amigos mais próximos?

5. Alguma vez viste algum colega aqui dentro a ser menos bem tratado por outro colega?
6. O que é que aconteceu nessa situação?
7. Alguém fez alguma coisa para parar a situação? Participaste nisso?
8. A) E em relação a ti, alguma vez sentiste que algum dos teus colegas te tratou menos bem? (rapazes, raparigas, colegas mais novos, colegas mais velhos...)
B) O que é que essas pessoas te fizeram?
C) Acontece muitas vezes? (duração, frequência, espaços)
D) Como é que tu reagiste?
E) Como é que isso te fez sentir?
F) Porque é que achas que isso aconteceu?

9. E ao contrário já aconteceu? Já trataste os outros dessa forma como dizes ter sido também tratado?
10. O que é que fizeste nessa situação?
11. Porque é que o fizeste?

12. Os técnicos apercebem-se quando estas situações acontecem?
13. E o que é que fazem nessas situações?
14. Alguma vez sentiste necessidade de falar sobre estas situações a alguém para que parassem? (amigos, família, técnicos, profissionais da equipa educativa...)
15. Achas que existe por parte da Casa de Acolhimento a preocupação de evitar que (estas) situações de violência ocorram?

16. Achas que o facto de não serem agressivos uns com os outros se deve a alguma razão em específico?
17. Achas que existem regras na Casa que desencorajam alguma agressividade entre vós?
A) Que regras?
B) Essas regras são bem aceites por vocês (jovens)?
C) Achas positiva a existência dessas regras?

18. Que conselhos darias a um jovem recém-chegado à Casa para que tivesse uma convivência tranquila com todos aqui dentro?

Anexo II

Autorização do estudo pela Comissão de Ética e Deontologia da Investigação da FPCEUC



Extrato das Deliberações da Comissão de Ética e Deontologia da Investigação

Reunião de 14 de dezembro de 2022

Código: CEDI/FPCEUC:70/07

Aos catorze dias do mês de dezembro de 2022, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu, na Sala dos Conselhos, a Comissão de Ética e Deontologia da Investigação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Relativamente ao pedido de apreciação do projeto intitulado "Narrativas de violência entre pares de (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial", apresentado por Maria Silvestre, sob a orientação de Luiza Lima, a CEDI deu **"Parecer favorável por unanimidade"**.

Coimbra, 14 de dezembro de 2022.

A Presidente da CEDI/FPCEUC

Assinado por: CARLA MARIA SANTOS DE
CARVALHO
Num. de Identificação: 08210398
Data: 2022.12.29 11:09:58+00'00'

Prof. Doutora Carla Carvalho



Anexo III

Consentimento Informado

Na qualidade de _____ da Casa de Acolhimento _____ autorizo o/a _____ a participar numa investigação que tem por objetivo perceber se existem e como se manifestam experiências de violência entre (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial, realizada no âmbito da tese de Mestrado da Maria Silvestre, estudante do Mestrado em Psicologia Clínica Forense da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. A participação dos (pré)adolescentes consistirá na realização de uma entrevista individual, podendo o sujeito entrevistado desistir dela a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si. A entrevista será gravada, assegurando-se a confidencialidade e o anonimato do material produzido e a garantia de que aquela gravação não será utilizada para qualquer outro fim que não a análise das narrativas pelo entrevistador.

_____, _____ de _____ de 2023

Assinatura

Anexo IV

Assentimento Informado

Estás a ser convidado/a para participar numa investigação que me encontro a realizar no âmbito da minha dissertação de mestrado em Psicologia Clínica Forense na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Doutora Luiza Nobre Lima. Com esta investigação pretendo perceber se existem e como se manifestam experiências de violência entre (pré)adolescentes em contexto de acolhimento residencial. A tua colaboração implicará apenas participares numa entrevista conduzida por mim, prevendo-se que esta tenha a duração de cerca de 1h. A nossa conversa será estritamente confidencial e podes desistir dela a qualquer momento, sem que isso te prejudique de alguma maneira. Irei pedir-te para gravar a entrevista, mas asseguro-te que a tua identidade e o nome da Casa de Acolhimento onde vives nunca serão revelados e que a informação nunca irá ser tratada individualmente. Apenas será relevante tratar a informação que resultar de todas as entrevistas que irão ser feitas e as informações recolhidas serão guardadas pelo período de tempo estritamente necessário.

Estou disponível para esclarecer qualquer dúvida que possas ter sobre esta investigação, através do meu e-mail: mariasilvestre@gmail.com ou do contacto de telemóvel: 968475563.

Agradeço desde já a tua colaboração.

A Mestranda
(Maria Silvestre)

Eu _____, declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido/a sobre os objetivos da investigação acima referida e aceito participar voluntariamente na mesma, autorizando a gravação da entrevista.

_____, _____ de _____ 2023

O/A participante
